



Demonstrações Contábeis **Balanço Financeiro, Social e** **Ambiental**

Copel Transmissão SA

Relatório da Administração
Demonstrações Contábeis
Notas Explicativas

2005

COPEL TRANSMISSÃO S.A.

CNPJ/MF 04.368.943/0001-22

SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL

www.copel.com copel@copel.com

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

dezembro/2005

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4
1. APRESENTAÇÃO	4
2. CENÁRIOS	5
2.1 Cenário Internacional.....	5
2.2 Cenário Nacional.....	5
2.3 Cenário Local.....	6
2.4 Cenário do Setor Elétrico.....	6
3. PERFIL DA COMPANHIA	7
3.1 Copel Transmissão em Números.....	7
4. FATOS RELEVANTES	8
4.1 Cenário Regulatório do Setor.....	8
4.2 Energia Sustentável.....	8
5. GOVERNANÇA	9
5.1 Programa de Investimentos.....	9
5.2 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento.....	9
5.3 Gestão de Riscos.....	9
5.4 Tecnologia da Informação.....	11
5.5 Auditoria Externa.....	12
6. DESEMPENHOS OPERACIONAL, ECONÔMICO E FINANCEIRO	13
6.1 Resultado Operacional.....	13
6.2 EBITDA.....	13
6.3 Resultado Financeiro.....	13
6.4 Lucro Líquido.....	14
6.5 Fluxo de Caixa.....	15
7. DESEMPENHO AMBIENTAL	16
7.1 Biodiversidade.....	16
7.2 Emissões, Efluentes e Resíduos.....	16
7.3 Concordância com os Aspectos Legais.....	17
7.4 Direitos Indígenas.....	17
8. DESEMPENHO SOCIAL	18
8.1 Gestão de Pessoas.....	18
8.2 Balanço Social.....	21
9. AGRADECIMENTOS	25
9.1 Glossário de Termos Utilizados.....	26
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	33
Balanço Patrimonial - Ativo.....	33
Balanço Patrimonial - Passivo e Patrimônio Líquido.....	34
Demonstração do Resultado.....	35
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	36
Demonstração do Valor Adicionado.....	38
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	40
1 Contexto Operacional.....	40
2 Apresentação das Demonstrações Contábeis.....	40
3 Principais Práticas Contábeis.....	41
4 Disponibilidades.....	43
5 Concessionárias.....	43
6 Serviços Executados para Terceiros.....	44
7 Serviços em Curso.....	44
8 Impostos e Contribuições Sociais.....	44
9 Ativo Regulatório - Pasep/Cofins.....	45
10 Outros Créditos.....	46
11 Cauções e Depósitos Vinculados.....	46
12 Coligadas e Controladas.....	46
13 Investimentos.....	46
14 Imobilizado.....	47
15 Empréstimos e Financiamentos.....	48
16 Fornecedores.....	50
17 Benefício Pós-Emprego.....	51
18 Taxas Regulamentares.....	51
19 Outras Contas a Pagar.....	52
20 Provisões para Contingências.....	52
21 Patrimônio Líquido.....	53
22 Receita Operacional.....	53
23 Deduções da Receita Operacional.....	54
24 Despesas Operacionais.....	54
25 Pessoal.....	54
26 Planos Previdenciário e Assistencial.....	55
27 Outros Custos e Despesas.....	56
28 Resultado Financeiro.....	56
29 Resultado Não Operacional.....	56
30 Reconciliação da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social.....	57
31 Seguros.....	57
32 Detalhamento da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos.....	59
PARECER DO CONSELHO FISCAL	61

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. APRESENTAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS

Apresentamos para apreciação de V. S^{as} o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, validadas nos exames da Auditoria Externa da Companhia Paranaense de Energia - Copel, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004.

2. CENÁRIOS

2.1 Cenário Internacional

O ano de 2005 caracterizou-se por um cenário de ampla liquidez internacional, fruto das baixas taxas de juros praticadas pelos Bancos Centrais dos Estados Unidos, Japão e Europa e por taxas de crescimento econômico acima da média dos últimos trinta anos, em especial na China, Índia e nos tigres asiáticos.

A política monetária expansionista implementada a partir de 2001 pelo Federal Reserve Bank - FED, obteve êxito em reverter a tendência depressiva verificada na atividade econômica norte-americana no início desta década, além de contribuir para o crescimento da economia dos Estados Unidos, marcada por uma trajetória de dez trimestres consecutivos de forte expansão.

A União Européia enfim recupera-se de um longo período de estagnação na atividade econômica e o Japão também apresenta trajetória de recuperação depois de mais de uma década de estagnação. Os países da América Latina apresentaram taxas de crescimento econômico satisfatórias, devido ao choque positivo dos preços das commodities minerais exportadas pela região, destacando-se os desempenhos da Venezuela e Argentina.

2.2 Cenário Nacional

A economia brasileira iniciou 2005 com a expectativa de replicar a trajetória de crescimento verificada em 2004, quando o Produto Interno Bruto - PIB brasileiro cresceu à taxa de 4,9%. Esta performance não se manteve ao longo do ano devido à manutenção de altas taxas de juros reais, como também aos efeitos da crise política sobre a atividade econômica, o que implicou em uma desaceleração da taxa de crescimento do PIB, que foi de 2,3% em 2005 em relação ao ano anterior, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Em 2004, as cotações de várias commodities industriais e agrícolas exportadas pelo Brasil apresentaram significativa valorização, destacando-se o minério de ferro, o aço e a soja. Este movimento se intensificou em 2005, em especial no setor de minérios não-ferrosos, com destaque para o cobre, zinco, estanho, platina e ouro, enquanto o aço e a soja sofreram expressiva desvalorização no mercado externo devido ao arrefecimento da demanda e/ou ao aumento da oferta destes produtos. As exportações brasileiras atingiram a marca de US\$ 118,30 bilhões de dólares em 2005, com crescimento de 22,6% em relação ao acumulado no ano anterior, enquanto as importações atingiram o montante de US\$ 73,55 bilhões de dólares em 2005, com crescimento de 17,1% em relação a 2004. O saldo da balança comercial atingiu o recorde de US\$ 44,75 bilhões de dólares. O crescimento do comércio mundial atingiu a marca de 13,8% em 2005, quando o Brasil ampliou sua participação para 1,1%, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

2.3 Cenário Local

A economia paranaense foi afetada em 2005 pelos reflexos do baixo desempenho no setor agropecuário, que contribuiu para a redução da taxa de crescimento do PIB estadual. Tal comportamento teve como origens a estiagem, que ocasionou quebra na safra de 2005, a desvalorização do dólar em relação ao real, como também a queda nas cotações dos principais produtos do agronegócio paranaense no mercado externo. Além disso, as suspeitas da existência de febre aftosa no rebanho bovino do Estado e o conseqüente embargo da carne bovina paranaense por parte dos principais países importadores contribuíram para um ano menos produtivo para o agronegócio estadual em 2005. A estimativa do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IparDES para o crescimento do PIB paranaense em 2005 é de 0,3%.

As exportações paranaenses atingiram a marca de US\$ 10,02 bilhões de dólares em 2005, com incremento de 6,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já as importações somaram US\$ 4,52 bilhões de dólares neste período, aumento de 12,4% em relação ao mesmo período de 2004. O saldo comercial do estado totalizou US\$ 5,49 bilhões de dólares em 2005.

O setor industrial do estado cresceu 0,8 % em 2005 em relação ao ano anterior, enquanto a produção industrial nacional acumulou alta de 3,1% neste período. Dentre os principais setores industriais estaduais, os que apresentaram acréscimo na produção foram os de veículos automotores, 21,1%, e refino de petróleo e produção de álcool, 9,6%. Os principais ramos que apresentaram recuo na produção foram os de alimentos, com queda de 5,8%; e máquinas e equipamentos, com redução de 11,1%.

2.4 Cenário do Setor Elétrico

No cenário regulatório, o destaque para o ano 2005 foi a realização do Leilão de Energia Nova com data de entrega prevista para 2008, 2009 e 2010, que ocorreu em 16 de dezembro. No total foram comercializados 564.600.816,000 MWh a um preço médio de 121,00 R\$/MWh, totalizando R\$ 68.374.449.630,48.

Para o ano 2008, a Copel adquiriu 950.555,342 MWh de energia proveniente de fonte hídrica e 3.755.362,863 MWh de fonte térmica, para 2009, os montantes adquiridos foram de 856.996,272 MWh e 7.963.749,504 MWh de fonte hídrica e térmica, respectivamente. Para 2010, foram comprados 17.476.415,697 MWh de fonte hídrica e 8.454.570,849 MWh de fonte térmica.

Além da compra no referido leilão, as distribuidoras tiveram a oportunidade de ajustar sua contratação de energia com o Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD ao longo de 2005, em função da migração de consumidores potencialmente livres para o Ambiente de Livre Contratação e do início da operação comercial de contratos bilaterais adquiridos antes do novo marco regulatório.

3. PERFIL DA COMPANHIA

Copel Transmissão S.A. - Tem como principal atribuição prover os serviços de transporte e transformação de energia elétrica. É responsável pela construção, operação e manutenção de suas subestações, bem como das linhas, destinadas à transmissão de energia. A Concessionária também opera parte do Sistema Interligado Nacional – SIN, localizado na região sul do País, para o Operador Nacional do Sistema - ONS.

O quadro a seguir apresenta a extensão das redes de transmissão da Companhia, subdividida por níveis de tensão, bem como o dimensionamento do parque de subestações e linhas de transmissão.

Tensão (kV)	Linhas de Transmissão (km)	Subestações	
		Automatizadas	Potência (MVA)
69	1.137,2	30	1.932,8
88	58,2	-	5,0
138	4.064,1	70	4.788,1
230	1.575,7	23	6.843,0
525	161,3	4	1.600,0
TOTAL	6.996,5	127	15.168,9

3.1 Copel Transmissão em Números

	2005	2004	Δ%
Financeiros - R\$ milhões			
Receita operacional	390,6	369,6	5,7
Receita operacional líquida - ROL	351,0	347,5	1,0
EBITDA ou LAJIDA	228,4	224,8	1,6
Lucro líquido	151,5	147,5	2,7
Patrimônio líquido	903,7	835,2	8,2
Indicadores Econômico-financeiros			
Liquidez geral (índice)	0,4	0,6	(33,3)
Liquidez corrente (índice)	0,6	0,6	-
Margem operacional líquida (%)	54,1	54,2	(0,2)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	20,1	21,5	(6,5)
Lucro por lote de mil ações - R\$	201,5	196,2	2,7
Endividamento do patrimônio líquido (%)	10,9	14,9	(26,8)
- Em moeda nacional (%)	5,9	7,2	(18,1)
- Em moeda estrangeira (%)	5,0	7,7	(35,1)
Operacionais			
Número de subestações	127	125	1,6
Linhas de transmissão (km)	6.997	6.996	-
Número de empregados	910	835	9,0

4. FATOS RELEVANTES

4.1 Cenário Regulatório do Setor

Em 2005, foi realizado o 1º Leilão de Energia Nova, com base no novo modelo do setor. No total foram comercializados 564.075 GWh, ao preço médio de 121,20 R\$/MWh, com data de entrega prevista para 2008, 2009 e 2010. No leilão foram ofertados contratos de energia com fontes térmicas e hídricas, com duração de 15 e 30 anos, respectivamente. A Copel adquiriu os montantes especificados na tabela a seguir:

	Fonte Hídrica (GWh)	Fonte Térmica (GWh)
2008	951	3.755
2009	857	7.964
2010	17.437	8.455

Fonte: CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

4.2 Energia Sustentável

A Companhia investiu em obras de transmissão de energia elétrica, de modo a elevar os padrões de atendimento e garantir mais segurança ao sistema. Os investimentos mais significativos constam na tabela a seguir:

Descrição (Obra)	Evento
Subestação/kV	
Palmas/138	Inauguração
Laranjeiras do Sul/138	Inauguração
Ponta Grossa Sul/138	Ampliação
Sarandi/230	Construção (andamento)
Santa Mônica/230	Início da Construção
Posto fiscal/230	Início da Construção
Bateias/500	Duplicação da capacidade
Cascavel/500	Ampliação da capacidade
Linha de transmissão/kV	
Londrina-Ibiporã/230	Construção

Além dessas obras, 19 subestações de transmissão foram re-automatizadas, implantando-se novas funcionalidades, melhoria da confiabilidade e desempenho do sistema de automação, resultando na operação mais eficiente do sistema elétrico.

5. GOVERNANÇA

A Companhia, por meio de sua Controladora, procura se orientar pelas melhores práticas de Governança Corporativa, que prevêm princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade diante das partes interessadas que impactam ou são impactadas pelos seus negócios.

Ao adotar esses princípios, transforma suas ações em boas práticas de governança que culminam com previsibilidade nos resultados e aprimoramento dos seus relacionamentos, por meio da comunicação com todas as partes interessadas.

Considerando que a sustentabilidade se baseia no tripé econômico, social e ambiental, a adoção desses princípios garante, sob o ponto de vista econômico, a diminuição dos riscos estratégicos, operacionais e financeiros, aumentando o valor da Companhia e viabilizando a captação de recursos. Socialmente, propicia a construção de uma sociedade mais equitativa. Do ponto de vista ambiental, possui programas e projetos ambientais integrados e prevê o custo da externalidade de suas atividades, comprometendo-se em deixar herança saudável para as gerações futuras.

5.1 Programa de Investimentos

Foi aprovado na 111ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Controladora, realizada em dezembro de 2005, o Programa de Investimentos previsto para 2006, no valor de R\$ 176,8 milhões, sendo que o valor realizado em 2005 foi de R\$ 148,9 milhões.

5.2 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento

Em cumprimento à Lei 9.991/2000, que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, a Companhia investiu, em 2005, R\$ 0,8 milhão em vários projetos.

5.3 Gestão de Riscos

Além dos aspectos ambientais, relativamente a sua gestão de riscos, a Companhia considera suas relações sociais e econômicas, tratando-as de maneira sistêmica e integrada.

5.3.1 Riscos Patrimoniais - Seguros de Bens e Direitos

A Companhia mantém Comitê de Gerenciamento de Riscos e Seguros Patrimoniais, que tem por objetivos:

- Desenvolver e aperfeiçoar estudos para o estabelecimento de uma política de gerenciamento de riscos e seguros dos ramos elementares;

- Definir junto às áreas pertinentes da Companhia o que deve ser segurado, através de levantamentos, identificação e análise de risco, experiências e histórico de sinistralidade, por tipo e características de bens e equipamentos, de dispêndio de prêmios de seguro no período - utilizando parâmetros auxiliares relacionados a cada tipo de risco para desenvolvimento paralelamente com as áreas envolvidas - técnicas e inspeções preventivas de detecção de possíveis danos ao patrimônio da Companhia; e
- Promover e manter, no âmbito da Companhia, a política adotada.

Com base nas recomendações desse Comitê e visando atender à legislação vigente sobre seguros e à Lei nº.8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de prestação de serviços públicos previsto no artigo 175 da Constituição Federal, a Companhia contrata apólices de seguros para salvaguardar seus bens e instalações, e mantém um seguro para reparação por danos involuntários causados a terceiros.

As principais modalidades de seguros adotadas são:

- Seguro de Riscos Nomeados.
- Seguro de Incêndio Imóveis Próprios.
- Seguro de Incêndio Imóveis Locados.
- Seguro de Responsabilidade Civil.
- Seguro de Riscos de Engenharia, e
- Seguro de Transporte

Outras informações sobre os seguros adotados na Copel poderão ser obtidas na Nota Explicativa 31.

5.3.2 Segurança e Saúde do Trabalho

O Plano de Segurança do Trabalho contempla uma série de ações preventivas, dentre as quais, em 2005, destacam-se: a continuidade da Campanha Interna de Segurança do Trabalho “Dê Preferência à Vida”, a maior campanha de segurança já desenvolvida na Companhia; e as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - Cipas, cujo objetivo é prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.

A Companhia, em atendimento ao que determina a Norma Regulamentadora NR-5 e as suas Diretrizes e Políticas de Segurança do Trabalho e Saúde do Trabalhador, manteve em 2005, em sua área de concessão, a atuação de Cipas, as quais são compostas por 50% de representantes do empregador e 50% de representantes dos empregados, atendendo a 100% do seu quadro próprio.

A Companhia assegura aos seus empregados um amplo leque de atendimento no que tange à Medicina Ocupacional. Nesse sentido, mantém estrutura própria e descentralizada de médicos e enfermeiros do trabalho, além de outros profissionais especializados, atuando preventivamente nos aspectos relacionados à qualidade de vida no trabalho, e realizando exames médicos em diversas modalidades em padrões superiores ao mínimo legal exigido.

Está sendo implantado o Programa de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho - GSST, sistema de controle para a eliminação de riscos existentes no ambiente, atendimento à legislação, treinamento, padronização de atividades de risco, inspeções, estabelecimento de metas e campanha permanente, o qual está em plena consonância com as Diretrizes da Organização Internacional do Trabalho - OIT. Existe política definida para sua utilização, segundo a qual, em cada área de implantação, é realizado um diagnóstico, seguido de planejamento, controle periódico da operação, verificação, análise crítica anual e auditoria.

5.3.3 Segurança e Saúde de Contratados

Com o objetivo de reduzir o número de acidentes com terceiros, a Companhia está desenvolvendo algumas ações para prevenção de acidentes com a comunidade e com os contratados, dentre as quais destacam-se:

- Programa de integração para empreiteiros no início de obras;
- Encontro de segurança com proprietários de empreiteiras;
- Inspeções de segurança periódicas;
- Fiscalização sistemática por parte da Companhia tanto nos procedimentos como nas condições para realização dos trabalhos; e
- Controle estatístico de acidentes.

5.4 Tecnologia da Informação

Em 2005, a área de Tecnologia da Informação da Companhia voltou-se intensamente para a reestruturação de seus processos, buscando, com isso, obter expressiva melhoria nos níveis de seus controles internos. Esse esforço, alinhado intimamente às necessidades da Organização de adequar-se à Lei Sarbanes-Oxley, envolveu vários profissionais de TI, que trabalharam na remediação vários controles, muitos dos quais já implantados e em operação.

Essas iniciativas, além de atenderem às exigências da legislação, têm trazido benefícios para a Companhia, especialmente pelo fato de garantirem maior transparência e controle sobre os processos de TI.

5.5 Auditoria Externa

Nos termos estabelecidos pela instrução CVM nº 381, de 14.01.2003, a Controladora renovou o contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Desde sua contratação, aquela Empresa não prestou serviços não relacionados à auditoria independente que superassem 5% do valor do contrato. No relacionamento com os auditores independentes, a Controladora tem como ponto fundamental a não-contratação de outros serviços de consultoria que venham interferir na independência dos trabalhos de auditoria externa.

Para atendimento dos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley, a partir de 2005, são auditadas as demonstrações financeiras pela auditoria interna e externa. Como medida de governança, os processos de auditorias internas são auditados pela auditoria externa.

6. DESEMPENHOS OPERACIONAL, ECONÔMICO E FINANCEIRO

6.1 Resultado Operacional

Em 2005, a Companhia obteve lucro líquido de R\$ 151,5 milhões, sendo 2,7% maior que o obtido no exercício anterior, de R\$ 147,5 milhões.

O aumento na **Receita Bruta** de 5,7%, passando de R\$ 369,6 milhões em 2004 para R\$ 390,6 milhões em 2005, deveu-se, principalmente, ao crescimento da receita pela disponibilidade da rede em função dos reajustes tarifários da transmissão, homologados pelas resoluções ANEEL 149/2005 e ANEEL 130/2005, além da incorporação de novos ativos de transmissão à Rede Básica e Conexão .

O aumento de R\$ 2,0 milhões nos **Custos e Despesas Operacionais**, em comparação aos gastos do exercício anterior, que foram de R\$ 159,2 milhões, está relacionado, principalmente, com as variações nas rubricas, a seguir (já considerando as reclassificações realizadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2004 conforme Nota Explicativa 2):

- Pessoal e Plano Previdenciário e Assistencial, com crescimento de R\$ 3,1 milhões devido ao aumento do quadro de pessoal e aos reajustes da folha;
- Material e serviços de terceiros, com crescimento de R\$ 1,3 milhões, devido ao aumento de melhoramentos e manutenções preventivas de linhas e subestações visando dar maior confiabilidade ao sistema;
- Depreciação e amortização, crescimento de R\$ 2,0 milhões;
- Taxas regulamentares, crescimento de R\$ 1,8 milhões;
- Programas de pesquisa e desenvolvimento e de desenvolvimento tecnológico e industrial, crescimento de R\$ 1,6 milhões; e
- Provisão para contingências, decréscimo de R\$ 8,7 milhões.

6.2 EBITDA

O Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA ou LAJIDA), totalizou R\$ 228,4 milhões, superior em 1,6 % ao apresentado em 2004 que foi de R\$ 224,8 milhões.

6.3 Resultado Financeiro

O impacto positivo de R\$ 3,6 milhões no Resultado Financeiro deste exercício reflete principalmente o decréscimo da conta variações monetárias de Despesas Financeiras em virtude da maior queda do dólar norte-americano e do yen em 2005 em relação ao exercício anterior.

6.4 Lucro Líquido

Em 2005, a Companhia obteve lucro líquido de R\$ 151,5 milhões, sendo 2,7% maior que o obtido no exercício anterior de R\$ 147,5 milhões. Tal resultado proporcionou a taxa de rentabilidade do patrimônio líquido de 20,1% (lucro líquido ÷ (patrimônio líquido – lucro líquido)).

6.5 Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004
(Valores expressos em milhares de reais)

	2005	2004
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	151.526	147.544
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	775	-
Depreciação e amortização	38.594	36.546
Variações monetárias de longo prazo - líquidas	(8.527)	(2.109)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.249)	4.305
Provisões no exigível a longo prazo	13.236	32.296
Baixas de investimentos	-	16
Baixas de imobilizado em serviço - líquidas	1.100	882
	42.929	71.936
Variações no ativo circulante		
Concessionárias	(15.997)	(6.475)
Serviços executados para terceiros	(25)	(67)
Serviços em curso	(827)	(1.419)
Impostos e contribuições sociais a compensar	(891)	21.195
Ativo regulatório - Pasep/Cofins	20.826	-
Almoxarifado	98	(1.908)
Outros créditos	(621)	(421)
	2.563	10.905
Variações no passivo circulante		
Fornecedores	104	3.081
Impostos e contribuições sociais	5.453	3.029
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	2.825	1.555
Benefícios pós-emprego	(22.648)	(20.765)
Taxas regulamentares	(741)	1.046
Outras contas a pagar	4.136	(1.519)
	(10.871)	(13.573)
Aplicações no realizável a longo prazo		
Impostos e contribuições sociais a compensar	-	(8.345)
Depósitos judiciais	(3.321)	(4.046)
Controladora e coligadas	-	(60.294)
Ativo regulatório - Pasep/Cofins	(26.452)	(19.179)
	(29.773)	(91.864)
Aumento do exigível a longo prazo		
Coligadas e controladora	83.848	-
	83.848	-
Total das Atividades Operacionais	240.222	124.948
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações no imobilizado	(148.869)	(88.544)
Total das Atividades de Investimento	(148.869)	(88.544)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos	(17.215)	(18.742)
Juros sobre o capital próprio	(144.649)	(12.820)
Total das Atividades de Financiamento	(161.864)	(31.562)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA	(70.511)	4.842
Saldo inicial de caixa	73.105	68.263
Saldo final de caixa	2.594	73.105
Varição no caixa	(70.511)	4.842

Nota: Demonstração em conformidade com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, aprovado pela Resolução Aneel nº 444/2001 publicada no D.O.U. em 29.10.2001.

7. DESEMPENHO AMBIENTAL

A gestão ambiental corporativa da Controladora é liderada por um comitê específico, cuja atribuição é de contribuir no planejamento estratégico da Companhia quanto às questões ambientais e representá-la nas suas relações interinstitucionais, subsidiando estudos, planos e relatórios relacionados ao setor de energia elétrica ou ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

Dentre os assuntos tratados nas reuniões do Comitê no ano de 2005 destacam-se: **a)** formação de um grupo de trabalho para tratar de auditoria ambiental; **b)** comunicação dos assuntos correlatos ao meio ambiente na internet e intranet às partes interessadas; e **c)** análise e tendências da implementação de um Sistema de Gestão de Sustentabilidade na Controladora e indicadores de meio ambiente por meio da formação de um subcomitê.

7.1 Biodiversidade

Quanto à construção de linhas de transmissão, a supressão da vegetação nativa acontece na faixa de segurança, entre 30 a 60 metros de largura e geralmente o impacto não é significativo, já que o traçado da linha é submetido a estudos ambientais que visam minimizá-lo.

A quantidade total de terras, sejam próprias e/ou arrendadas, para atender o produto de “transmissão de energia”, é de 13.237 imóveis representando uma área de 6.495,22 hectares.

A Controladora possui como meta para 2006, identificar o número total de imóveis pertencentes ou administrados por ela, utilizados nas áreas de geração e transmissão de energia e de telecomunicações.

De forma generalizada, pode-se afirmar que a Controladora não possui áreas impermeabilizadas em habitats ricos em biodiversidade e não houve mudança nos habitats naturais resultantes das atividades e operações em 2004 e 2005.

Além disso, tem como meta identificar e descrever os impactos de suas atividades em áreas protegidas ou sensíveis, definidas pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Paraná - SEMA, até dezembro de 2007.

7.2 Emissões, Efluentes e Resíduos

O tratamento dado aos resíduos industriais classe I (perigosos) é diferenciado por tipo de resíduos. Dentre os que estão em início de gerenciamento, os principais são: óleo mineral isolante, sólidos contaminados com óleo mineral, ascarel, lâmpadas com mercúrio, baterias e pilhas.

O ascarel vem sendo sistematicamente eliminado na Companhia através da substituição de todos os seus equipamentos atualmente cadastrados, que se encontram nas redes e subestações. O destino é a incineração em condições especiais com tocha de plasma a altas temperaturas para evitar que os produtos das emissões, altamente tóxicos, poluam mais o meio ambiente do que o próprio ascarel.

A quantidade total de ascarel retirado em função da troca de equipamentos, e que será transportado em 2006 é de aproximadamente 2 toneladas na Companhia.

Quanto às lâmpadas contendo mercúrio, anualmente são realizadas licitações para contratação de companhia especializada em dar uma destinação adequada.

Quanto às baterias e pilhas, estudos estão em andamento para qualificar companhias em condições de prover as destinações adequadas.

7.3 Concordância com os Aspectos Legais

A Controladora mantém um cadastramento das multas ambientais sofridas por suas subsidiárias, as quais sempre foram tratadas diretamente pelas Regionais. Tais autuações são eventuais e de montante financeiro pouco significativo. Apesar disso, há previsão de se incluir no Planejamento Estratégico, na função Meio Ambiente, um controle da quantidade de multas/autuações/embargos. Ressalte-se, ainda, que estão sendo desenvolvidas ações para dialogar com os órgãos ambientais, através da elaboração do Manual de Instruções Técnicas de Meio Ambiente - Áreas Verdes, elaboração de folder de orientação, dentre outras atividades.

A Copel Transmissão, não foi multada ou autuada em decorrência de questões ambientais.

7.4 Direitos Indígenas

As queixas e reclamações das comunidades indígenas são recebidas por meio do Ministério Público Federal. As reivindicações são repassadas à Controladora em reuniões para negociações e acordos. Quando necessário, são contratados profissionais para diagnóstico e certificação técnica das reivindicações da comunidade indígena. Quando as solicitações são avaliadas por uma equipe como procedentes, elabora-se plano de implementação das ações reivindicadas.

8. DESEMPENHO SOCIAL

8.1 Gestão de Pessoas

A Companhia vem redimensionando seu quadro funcional, admitindo em 2005, mediante concurso público, visando atender a substituição de pessoal terceirizado, com ênfase nas atividades técnico-operacionais.

Todo o quadro próprio da Companhia é contratado por meio de concurso público, com ampla possibilidade de participação de brasileiros natos ou naturalizados, independente de gênero, raça e crença. A Controladora destina vagas em seus concursos públicos para candidatos portadores de necessidades especiais e afro-descendentes.

8.1.1 Treinamento e Desenvolvimento

A Companhia conta com diversas formas de capacitação e aprimoramento continuado de seus empregados. Em grande parte, são cursos realizados internamente para suprir demandas geradas pela implementação de novas tecnologias e processos. Em 2005, foram realizados vários eventos (cursos, seminários e palestras), sendo que a carga horária média/ano foi de 57,7 horas/empregado.

A Companhia também aplica uma consistente política em relação à formação de seus empregados com investimentos significativos nos cursos de pós-graduação, além de incentivar o auto-desenvolvimento destes por meio do programa de auxílio educação.

8.1.2 Política Salarial

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Controladora, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação dos empregados nos Lucros e/ou Resultados - PLR). A Controladora e a CENPRL, comissão especialmente constituída para essa finalidade, obtiveram avanços significativos no transcorrer das negociações realizadas em 2005, com o estabelecimento de metas empresariais e o alcance dos resultados negociados.

O Plano de Cargos e Salários da Controladora foi reestruturado em 2005, de maneira a refletir a realidade ocupacional na Companhia. Este serve de referência para a remuneração fixa, buscando a comparação dos salários praticados na Companhia com valores de mercado e aplicação da política salarial.

8.1.3 Benefícios

A manutenção e o aprimoramento de um amplo conjunto de benefícios aos empregados é um dos pontos fortes da organização. Dentre os benefícios concedidos diretamente pela Companhia, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação, antecipação do décimo terceiro salário, abono de férias, adiantamento de férias, auxílio-alimentação e refeição, auxílio-creche, auxílio a portadores de necessidades especiais, participação dos empregados nos lucros e/ou resultados, apólice de seguro de vida em grupo, flexibilidade de horários para empregados, além de inúmeros outros possibilitados pelo convênio entre a Companhia e o INSS.

Outro conjunto de benefícios, concedidos pela Companhia e administrados pela Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, do qual a Controladora é mantenedora, são: plano de previdência privada, complementando o valor da previdência oficial, e amplo plano de assistência médico-hospitalar e odontológica, dentre os melhores oferecidos pelo mercado.

8.1.4 Qualidade de Vida no Trabalho

Dentro do Processo de Qualidade de Vida no Trabalho, foi implementado, em caráter experimental na Região de Curitiba, o programa Energia e Saúde, com atividades de ginástica laboral dirigidas a todos os empregados, com enfoque especial para os eletricitistas, envolvendo atividades de condicionamento físico, teleatendentes, contemplando atividades anti-stress, além dos “aulões” realizados em datas específicas (Páscoa, Natal) visando a integração dos empregados. O programa Energia e Saúde será estendido às demais localidades em 2006.

Outra ação que merece destaque no Processo de Qualidade de Vida no Trabalho foi a realização de palestras sobre educação financeira, disponibilizada a todos os empregados para que estes estejam mais aptos a administrar o seu orçamento financeiro.

Também foi disponibilizado na intranet o Guia do Serviço Social, contendo informações básicas sobre os serviços sociais oferecidos à comunidade de um modo geral, além de informações sobre os principais benefícios e serviços oferecidos pela Fundação Copel, governo, previdência social, iniciativa privada e entidades não-governamentais.

8.1.5 Liberdade de Associação e Negociação Coletiva

A totalidade dos empregados da Controladora é representada nas relações de trabalho com a Companhia por meio de sindicatos independentes. A legislação brasileira estabelece que essas entidades podem organizar-se por categoria e base territorial (município).

A Controladora mantém estreito relacionamento com todas as 17 entidades representativas dos empregados: sindicatos de categorias de base (eletricitários) e categorias profissionais e/ou diferenciadas. A direção sindical tem livre acesso às gerências locais e a todas as instalações da Companhia a fim de levar aos empregados comunicações de seu interesse, além do canal formal direto com a área de Recursos Humanos.

COPEL Transmissão

Além dos aspectos legais atinentes ao estabelecimento do Acordo Coletivo anual, que vigora de outubro a setembro, as partes discutem ainda a reposição da inflação do período, alterações nos benefícios, reavaliação dos demais itens de natureza administrativa, novas conquistas, dentre outros. Além disso, são realizadas reuniões periódicas para o tratamento das questões trabalhistas e para o estreitamento das relações.

A participação dos empregados nas negociações tem papel de fundamental importância, e vai desde a presença nas assembleias sindicais para a elaboração da pauta de reivindicações, até a deliberação da categoria pela aceitação ou rejeição da proposta da Companhia. A Controladora também incentiva a participação dos empregados em conselhos, órgãos de classe, associações profissionais, entre outras entidades.

8.2 Balanço Social

BALANÇO SOCIAL ANUAL - Modelo IBASE
Em 31 de dezembro de 2005 e de 2004
(Valores expressos em milhares de reais)

		2005				2004			
1 - BASE DE CÁLCULO									
NE 22									
e 23	Receita Líquida - RL	351.042				347.460			
(1)	Resultado Operacional - RO	193.353				186.069			
(2)	Folha de Pagamento Bruta - FPB	84.782				72.208			
	Valor Adicionado Total - VAT	339.957				313.185			
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS									
		% Sobre:			% Sobre:				
			FPB	RL	VAT		FPB	RL	VAT
	Alimentação (Auxílio alimentação e outros)	4.980	5,87	1,42	1,46	4.434	6,14	1,28	1,42
NE 25	Encargos sociais compulsórios	21.629	25,51	6,16	6,36	18.250	25,27	5,25	5,83
NE 26	Previdência privada	12.099	14,27	3,45	3,56	20.640	28,58	5,94	6,59
	Saúde (Convênio assistencial)	3.132	3,69	0,89	0,92	2.828	3,92	0,81	0,90
	Segurança e medicina no trabalho	431	0,51	0,12	0,13	471	0,65	0,14	0,15
	Educação	144	0,17	0,04	0,04	188	0,26	0,05	0,06
	Cultura	25	0,03	0,01	0,01	-	-	-	-
	Capacitação e desenvolvimento profissional	1.056	1,25	0,30	0,31	662	0,92	0,19	0,21
	Auxílio creche	26	0,03	0,01	0,01	27	0,04	0,01	0,01
NE 25	Participação nos lucros e/ou resultados	4.441	5,24	1,27	1,31	2.788	3,86	0,80	0,89
	Outros benefícios	597	0,71	0,16	0,17	72	0,10	0,02	0,02
	Total	48.560	57,28	13,83	14,28	50.360	69,74	14,49	16,08
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS									
		% Sobre:			% Sobre:				
			RO	RL	VAT		RO	RL	VAT
	Educação	-	-	-	-	-	-	-	-
	Cultura	460	0,24	0,13	0,14	614	0,33	0,18	0,20
	Saúde e saneamento	-	-	-	-	-	-	-	-
	Esporte	-	-	-	-	-	-	-	-
	Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total das contribuições para a sociedade	460	0,24	0,13	0,14	614	0,33	0,18	0,20
DVA	Tributos (excluídos encargos sociais)	87.114	45,05	24,82	25,63	66.279	35,62	19,08	21,16
	Total	87.574	45,29	24,95	25,77	66.893	35,95	19,26	21,36

(continuação)

					2005					2004						
4 - INDICADORES AMBIENTAIS																
					% Sobre:							% Sobre:				
					RO	RL	VAT					RO	RL	VAT		
Investimentos relacionados com as operações da empresa					3.094	1,60	0,88	0,91					1.545	0,83	0,44	0,49
NE 24	Progr. Pesquisa e Desenvolvimento e Desenvolvimento Tecnológico e Ind.				3.094	1,60	0,88	0,91					1.469	0,79	0,42	0,47
	Programas de proteção de Fauna e Flora				-	-	-	-					76	0,04	0,02	0,02
Investimentos em programas e/ou projetos externos					-	-	-	-					-	-	-	-
Total					3.094	1,60	0,88	0,91					1.545	0,83	0,44	0,49

Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para () não possui metas
minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ () cumpre de 51 a 75%
operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos () cumpre de 0 a 50%
naturais, a empresa (X) cumpre de 76 a 100%

() não possui metas
 () cumpre de 51 a 75%
 () cumpre de 0 a 50%
 (X) cumpre de 76 a 100%

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL						
Empregados no final do período						
910						
Escolaridade dos empregados(as):						
Total Homens Mulheres						
Total Superior e extensão universitária						
351 284 67						
Total 2º Grau						
525 484 41						
Total 1º Grau						
34 31 3						
Faixa etária dos empregados(as):						
Abaixo de 30 anos						
116						
De 30 até 45 anos (exclusive)						
373						
Acima de 45 anos						
421						
Admissões durante o período						
98						
Mulheres que trabalham na empresa						
111						
% Mulheres em cargos gerenciais:						
em relação ao nº total de mulheres						
0,9						
em relação ao nº total de gerentes						
5,0						
Negros(as) que trabalham na empresa						
91						
% Negros(as) em cargos gerenciais:						
em relação ao nº total de negros(as)						
-						
em relação ao nº total de gerentes						
-						
(3)	Portadores(as) de necessidades especiais					
4						
Dependentes						
1.878						
Estagiários(as)						
55						
Nº de Terceirizados(as)						
ND						
835						
Total Homens Mulheres						
Total Superior e extensão universitária						
320 259 61						
Total 2º Grau						
483 443 40						
Total 1º Grau						
32 31 1						
Abaixo de 30 anos						
55						
De 30 até 45 anos (exclusive)						
410						
Acima de 45 anos						
370						
Admissões durante o período						
72						
Mulheres que trabalham na empresa						
102						
% Mulheres em cargos gerenciais:						
em relação ao nº total de mulheres						
1,0						
em relação ao nº total de gerentes						
6,3						
Negros(as) que trabalham na empresa						
80						
% Negros(as) em cargos gerenciais:						
em relação ao nº total de negros(as)						
-						
em relação ao nº total de gerentes						
-						
(3)	Portadores(as) de necessidades especiais					
5						
Dependentes						
1.867						
Estagiários(as)						
20						
Nº de Terceirizados(as)						
153						

(continuação)

	2005	Metas 2006
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL		
(4) Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	25,1	25,1
(5) Número total de Acidentes de Trabalho	14	ND
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: direção		direção
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: todos(as) + Cipa		todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa: segue as normas da OIT		seguirá as normas da OIT
A previdência privada contempla: todos(as) empregados(as)		todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla: todos(as) empregados(as)		todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa: são sugeridos		serão exigidos
Quanto à participação dos empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa: apóia		apoiará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		
na empresa	NA	NA
no Procon	NA	NA
na Justiça	NA	NA
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		
na empresa	NA	NA
no Procon	NA	NA
na Justiça	NA	NA
	2005	2004
Distribuição do Valor Adicionado (DVA) :		
Pessoal	21,6%	23,3%
Governo	30,5%	25,7%
Financiadores	3,3%	4,0%
Acionistas	24,0%	27,2%
Retido	20,6%	19,8%

A Copel Transmissão não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.

Nossa companhia valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

Para maiores esclarecimentos sobre as informações declaradas:

Superintendência de Gestão Contábil/CTGR - tel 41 3331-2123

Notas:

NA - Não se aplica

ND - Não Disponível

NE - Nota Explicativa

(1) De acordo com o Ibase, devemos reportar aqui o Resultado Operacional que, no caso da Copel Transmissão, é o Lucro Operacional, ou seja, o lucro antes do resultado não operacional e dos impostos;

(2) Na composição da FPB foram considerados salários, férias, gratificações, 13º, INSS, FGTS e outros itens relacionados, efetivamente pagos pela companhia no ano, incluídos nas despesas operacionais e/ou transferidos para imobilizado em curso, conforme atual definição do Ibase;

(3) O nº de portadores de necessidades especiais em 2004 compreendia terceirizados que trabalhavam para a Companhia no Call Center e digitalização, atividades que foram primarizadas, através de concursos públicos em 2005, gerando a diminuição observada nestes dados;

(4) Para este cálculo consideramos como remuneração além do salário nominal, o Adicional por Tempo de Serviço, item também incluído na folha de pagamento, o que acaba por aumentar o valor da relação, já que novos empregados (admitidos no ano) não têm direito a este adicional;

(5) Para o número de acidentes totais em 2005, foram consideradas ocorrências com empregados, contratados e acidentes na comunidade. Já para 2006, a meta para acidentes na comunidade é zero, e foi demonstrada no balanço social da Controladora, portanto, não disponível por subsidiária.

9. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o bom desempenho e o lucro de R\$ 151,5 milhões obtidos pela Copel Transmissão neste ano provêm do constante apoio recebido das partes interessadas com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos senhores acionistas, aos nossos clientes e fornecedores, aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, ao Governo do Estado e demais poderes públicos, aos nossos empregados e à comunidade pela confiança depositada em nossa Companhia.

Curitiba, 27 de março de 2006.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIZ ANTÔNIO ROSSAFA

Presidente

RAUL MUNHOZ NETO

RUBENS GHILARDI

Secretário Executivo

CONSELHO FISCAL

ANTONIO RYCHETA ARTEN

Presidente

HERON ARZUA

NELSON PESSUTI

DIRETORIA

RAUL MUNHOZ NETO

Diretor Superintendente

ELZIO BATISTA MACHADO

Diretor Adjunto

LUIZ ANTÔNIO ROSSAFA

Diretor Adjunto

CONTADOR

HORÁCIO KORDEL RODRIGUES

CRC-PR-039696/O-1

9.1 Glossário de Termos Utilizados

AA 1000 – *Accountability* 1000: norma de *accountability* com foco em assegurar a qualidade da contabilidade, auditoria e relato social e ético; norma internacional de certificação em Responsabilidade Social Empresarial – RSE.

Absenteísmo: pode ser definido como o não comparecimento a um trabalho programado. O absentismo distingue-se do atraso ou impuntualidade, o qual é definido como o não comparecimento no horário programado para um trabalho.

Accountability: a obrigação de prestar contas sobre algo é explicar ou justificar atos e omissões pelos quais alguém é responsável a pessoas com um interesse legítimo. Para impulsionar sua *accountability*, uma organização se responsabiliza pelos seus atos e omissões. Entretanto, adicionalmente a este requerimento de “transparência”, *accountability* também implica uma obrigação mais ampla de pró-atividade e abertura pública. Isto inclui:

a) **Transparência:** que se refere à obrigação de prestar contas àqueles com um interesse legítimo – as partes interessadas na organização – *stakeholders*.

b) **Pró-atividade:** que se refere à responsabilidade da organização por seus atos e omissões, incluindo os processos de tomada de decisão e resultados conseqüentes a estas decisões. Pró-atividade exige uma responsabilidade em desenvolver os processos e metas da organização para apoiar a melhoria contínua do desempenho da organização.

c) **Conformidade:** que se refere à obrigação de cumprir requerimentos legais, relacionados tanto a políticas organizacionais quanto ao relato de políticas e desempenho.

Ação: título negociável, que representa a menor parcela em que se divide o capital de uma sociedade anônima.

Acionista: aquele que possui ações de uma sociedade anônima.

Acionista majoritário: aquele que detém uma quantidade tal de ações com direito a voto que lhe permite manter o controle acionário de uma sociedade.

Acionista minoritário: aquele que é detentor de uma quantidade não expressiva (em termos de controle acionário) de ações com direito a voto.

Alinhamento: consistência entre planos, processos, ações, informações e decisões para apoiar as estratégias, objetivos e metas globais da organização. O alinhamento eficaz requer o entendimento de conceitos, das estratégias e metas e a utilização de indicadores e informações complementares para possibilitar o planejamento, monitoramento, análise e melhoria nos setores de trabalho, principais processos e na organização como um todo.

Alta direção: abrange os executivos ou líderes de escalões superiores, que compartilham a responsabilidade principal pelo desempenho e pelos resultados da organização.

Análise crítica: verificação profunda e global de um projeto, produto, serviço, processo ou informação com relação a requisitos, objetivando a identificação de problemas e a proposição de soluções.

Anemômetro sônico: Sensor que mede a velocidade e a direção do vento simultaneamente.

Arbitragem: a) Operação na qual um investidor auferir um lucro sem risco, realizando transações simultâneas em dois ou mais mercados. b) Sistemática que possibilita a liquidação física e financeira das operações interpraças, por meio da qual a mesma pessoa, física ou jurídica, atuando no mercado a vista, poderá comprar em uma bolsa e vender em outra, a mesma ação, em iguais quantidades, desde que haja convênio firmado entre as duas bolsas.

Auto-sustentabilidade: capacidade da Companhia de manter-se no mercado de modo competitivo.

Balanço: documento expositivo econômico-financeiro-patrimonial da organização relativo ao seu exercício social, encerrado ao término deste, contendo todos os registros contábeis levantados e formalizando legalmente o encerramento das operações relativas ao período de um ano.

Balço social: meio de dar transparência às atividades corporativas através de um levantamento dos principais indicadores de desempenho econômico, social e ambiental da Companhia. Além disto, é um instrumento que amplia o diálogo com todos os públicos com os quais a Companhia se relaciona: acionistas, consumidores e clientes, comunidade vizinha, funcionários, fornecedores, governo, organizações não-governamentais, mercado financeiro e a sociedade em geral. Durante sua realização, o balanço social funciona também como uma ferramenta de auto-avaliação, já que dá à Companhia uma visão geral sobre sua gestão e o alinhamento dos valores e objetivos presentes e futuros da Companhia com seus resultados atuais

Balanced Scorecard - BSC: conceito que ajuda a traduzir a estratégia de ação nos negócios. O *Balanced Scorecard* fornece um retrato detalhado de operações de negócio e de uma metodologia que facilite a comunicação e a compreensão de objetivos e de estratégias de negócio em todos os níveis de uma organização.

Benchmarking: É um processo contínuo e sistemático para avaliar, medir e comparar produtos, serviços, processos e funções de Companhias identificadas como "melhores da classe" com a finalidade de melhoria da organização, comparação com os concorrentes, desenvolver objetivos produto e processo e estabelecer prioridades e metas. O processo pode utilizar concorrentes e Companhias de outros setores como parâmetro e/ou observar aspectos de eficiência e procedimentos inter-departamentais ou inter-setoriais. O objetivo do *benchmarking* é a melhoria do desempenho.

Biomassa: A quantidade total de matéria viva de um ecossistema, expressa em massa por unidade de área ou de volume.

Cadeia produtiva: Conjunto de todos os integrantes em um processo produtivo, considerando desde a extração da matéria-prima de um produto até a sua comercialização a um consumidor final. Inclui toda força de trabalho própria, terceirizada e dos fornecedores de bens e serviços.

Câmara de Arbitragem: no Brasil, a Lei n 9.307, de 23/9/1996, consolidou a regulamentação que permite às partes de uma relação jurídica solucionarem, por meio de arbitragem, eventuais conflitos surgidos entre elas.

As Companhias registradas no Novo Mercado ou no Nível 2 de Governança Corporativa da Bovespa, comprometem-se a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao mercado de capitais pro meio de arbitragem. Desta forma, a Bovespa criou a Câmara de Arbitragem do Mercado, estrutura que conta com um quadro de árbitros capaz de lidar com a complexidade e a especificidade das mais variadas questões técnicas societárias e do mercado de capitais.

Após a adesão à Câmara de Arbitragem do mercado, fica vedado qualquer recurso ao Poder Judiciário para solucionar eventuais conflitos que estejam sob a órbita da Câmara.

C BOND (Front Loaded Interest Reduction with Capitalization Bond) - Bônus de Capitalização: Bônus de emissão do governo brasileiro utilizado na troca da dívida de responsabilidade do setor público em 15.04.1994 ao amparo do acordo da dívida externa. Durante os primeiros seis anos obedece a uma escala crescente de juros fixos sem spread, e a partir do sétimo ano os juros passam a ser de 8%a.a., havendo uma capitalização da diferença entre as taxas iniciais e essa taxa fixa.

Clima organizacional: conjunto das percepções compartilhadas pelos membros de uma organização com relação ao trabalho, ao ambiente físico profissional, às relações interpessoais e às normas formais que afetam o trabalho.

Código de conduta: tem origem nos valores Companhiairais e na cultura organizacional que procuram refletir a integridade dos procedimentos da Companhia, atuando como norma máxima, juntamente com o Estatuto, para a tomada de decisões na condução dos negócios da Companhia.

Competência: mobilização de conhecimentos (saber), habilidades (fazer) e atitudes (querer) necessários ao desempenho de atividades ou funções, segundo padrões de qualidade e produtividade requeridos pela natureza do trabalho.

Comprometimento: a nível organizacional, refere-se ao grau de responsabilidade, ao apego e lealdade que ocorre entre os empregados e uma organização. Por exemplo, a demanda de competir por meio da alta qualidade exige uma força de trabalho disposta a manifestar motivação, flexibilidade e a crença em produtos e serviços que têm alto desempenho, e o comprometimento deve ajudar a garantir essas características.

Confidencialidade da informação: um dos aspectos relacionados à segurança das informações que trata das garantias necessárias para que a informação seja acessada somente pelas pessoas que estejam autorizadas.

Comunicação: ato de emitir, transmitir e receber mensagens por meio de métodos e/ou processos convencionados, quer através da linguagem falada ou escrita, quer por meio de outros sinais, signos ou símbolos, quer de aparelhamento técnico especializado, sonoro e/ou visual. Por meio da comunicação as organizações e seus membros trocam informações, formam entendimentos, coordenam atividades, exercem influência, socializam-se, além de gerar e manter sistemas de crenças, símbolos e valores.

Conhecimento: é constituído pela tecnologia, pelas políticas, pelos procedimentos, pelas bases de dados e documentos, bem como pelo conjunto de experiências e habilidades das pessoas. É gerado como resultado da análise das informações coletadas pela organização.

CPMF: Contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.

Core business: Negócio principal de uma companhia; escopo de atividades que asseguram a vantagem competitiva de uma companhia.

Cultura organizacional: padrão básico de crenças, valores, atitudes, premissas e comportamentos compartilhados ao longo do tempo pelos membros de uma organização.

Debênture: título emitido por uma sociedade anônima para captar recursos, visando investimento ou o financiamento de capital de giro.

Debt Conversion Bond - Bônus de Conversão da Dívida: Bônus de emissão do governo brasileiro utilizado na troca da dívida de responsabilidade do setor público em 15.04.1994 ao amparo do acordo da dívida externa. É um título ao portador, com taxa de juros flutuantes e é vinculado ao Bônus de Dinheiro Novo, sendo instrumento de opção dos credores que decidirem realizar novos empréstimos ao País.

Desempenho: resultados obtidos dos principais indicadores de processos e de produtos que permitem avaliá-los e compará-los em relação às metas, aos padrões, aos referenciais pertinentes e a outros processos e produtos. Mais comumente, os resultados expressam satisfação, insatisfação, eficiência e eficácia e podem ser apresentados em termos financeiros ou não.

Discount Bond - Bônus de Desconto: Bônus de emissão do governo brasileiro utilizado na troca da dívida de responsabilidade do setor público em 15.04.1994 ao amparo do acordo da dívida externa. Envolve a troca da dívida antiga por bônus com desconto de 35% sobre seu valor de face.

Diversidade: inclusão de minorias e segmentos sociais discriminados (mulheres, negros, pardos, pessoas com necessidades especiais etc.), em todos os níveis de decisão.

Dividendo: valor distribuído aos acionistas, em dinheiro, na proporção da quantidade de ações possuídas. Normalmente é resultado dos lucros obtidos por uma Companhia no exercício corrente ou em exercícios passados.

Ecosistema: elementos vivos e não-vivos, orgânicos e inorgânicos, que mantêm uma relação de interdependência contínua e estável para formar um todo unificado que realiza trocas de matéria e energia interna e externamente. É considerado como a unidade ecológica. O conjunto de todos os ecossistemas do planeta forma a biosfera, ou seja, a parte do planeta que abriga a vida.

El Bond (Eligible Interest Bond) - Bônus de Juros Atrasados: Bônus de emissão do governo brasileiro utilizado na troca da dívida de responsabilidade do setor público em 15.04.1994 ao amparo do acordo da dívida externa. Envolve a troca ao par (sem desconto) pela parcela remanescente dos juros não pagos em 1991, 1992 e 1993 até a data de emissão dos novos títulos.

Empregabilidade: em oposição à segurança no emprego, é uma forma de “contrato psicológico” entre empregadores e funcionários. Implica três elementos da relação de trabalho: (a) o funcionário é responsável pelo desenvolvimento das habilidades certas para permanecer empregável dentro e fora da Companhia; (b) o empregador é responsável por propiciar informação, tempo, recursos e oportunidades aos funcionários para que eles possam avaliar e desenvolver as habilidades necessárias; e (c) a relação de trabalho pode ser desfeita se a contribuição ou a aspiração do funcionário não correspondem às necessidades do empregador.

Estratégia: caminho escolhido para posicionar a organização de forma competitiva e garantir sua sobrevivência no longo prazo, com a subsequente definição de atividades e competências inter-relacionadas para entregar valor de maneira diferenciada às partes interessadas. Conjunto de decisões que orientam a definição das ações a serem tomadas pela organização. As estratégias podem conduzir a novos produtos, novos mercados, crescimento das receitas, redução de custos, aquisições, fusões e novas alianças ou parcerias.

Estrutura organizacional: estrutura que divide o trabalho da Companhia em tarefas especializadas, designa essas tarefas a pessoas e departamentos, e as coordena definindo laços formais entre pessoas e departamentos, pelo estabelecimento de linhas de autoridade e comunicação.

Excelência: situação excepcional da gestão e dos resultados obtidos pela organização, alcançada por meio da prática continuada dos fundamentos do modelo sistêmico.

Expertise: competência ou qualidade de especialista; conjunto de habilidades e conhecimento a respeito de um determinado assunto, apropriação do saber técnico acumulado.

Fitch - Fitch Ratings: Agência internacional de classificação de risco de crédito.

FLIRB (Front Loaded Interest Reduction) - Bônus de Redução Temporária dos Juros: Bônus de emissão do governo brasileiro utilizado na troca da dívida de responsabilidade do setor público em 15.04.1994 ao amparo do acordo da dívida externa. Obedece a uma escala crescente de juros fixos nos primeiros seis anos e a partir do sétimo ano os juros passam a ser flutuantes .

Força de trabalho: pessoas que compõem uma organização e que contribuem para a consecução das suas estratégias, dos seus objetivos e das suas metas, tais como: empregados em tempo integral ou parcial, temporários, estagiários, autônomos e contratados de terceiros que trabalham sob a coordenação direta da organização.

Fornecedor: qualquer organização que forneça bens e serviços. A utilização desses bens e serviços pode ocorrer em qualquer estágio de projeto, produção e utilização dos produtos. Assim, fornecedores podem incluir distribuidores, revendedores, prestadores de serviços terceirizados, transportadores, contratados e franquias, bem como os que suprem a organização com materiais e componentes. São também fornecedores os prestadores de serviços das áreas de saúde, treinamento e educação.

Gestão: a) ato de gerir; administração; gerenciamento; (b) planejamento, organização, liderança, acompanhamento de funções e/ou atividades que fazem parte de uma Companhia.

Global Compact - Pacto Global: declaração elaborada pela Organização das Nações Unidas – ONU, em 1999, pela qual as Companhias signatárias se comprometem a seguir os dez princípios de Responsabilidade Social Empresarial.

Global Reporting Initiative - GRI: padrão mundial de relatório anual transparente criado em 1997, que contempla amplamente o impacto econômico, social e ambiental das suas atividades, produtos e serviços, e relata não apenas o desempenho passado, mas aponta para compromissos futuros. O objetivo do GRI é definir linhas diretrizes para ajudar as Companhias a desenvolverem relatórios de Responsabilidade Social com comparabilidade internacional.

Governança Corporativa: sistema de gestão pelo qual uma companhia é dirigida e monitorada. As boas práticas de governança são baseadas em princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade para com todas as partes interessadas, com o objetivo de aumentar o valor da companhia e contribuir para a sua perenidade.

GWh - gigawatt/hora: 1.000.000.000 watts de energia ativa consumida em uma hora.

Indicadores: dados ou informações numéricas que quantificam as entradas (recursos ou insumos), saídas (produtos) e o desempenho de processos, produtos e da organização como um todo. Os indicadores são utilizados para acompanhar e melhorar os resultados ao longo do tempo e podem ser classificados em: simples (decorrentes de uma única medição) ou compostos; diretos ou indiretos em relação à característica medida; específicos (atividades ou processos específicos) ou globais (resultados pretendidos pela organização); e direcionadores (*drivers*) ou resultantes (*outcomes*).

Indicadores ETHOS de Responsabilidade Social Empresarial: conjunto de cerca de 40 indicadores de Responsabilidade Social Empresarial. Trata-se de uma ferramenta de gestão, pela qual cada Companhia pode se reavaliar, anualmente, quanto ao seu desempenho em RSE e se comparar com os *benchmarks* nacionais obtidos a partir dos dados de outras Companhias que também se auto-avaliaram. Os resultados são confidenciais e os detentores de *benchmarks* não são identificados, para garantir a confidencialidade das informações. É o instrumento de avaliação de várias premiações nacionais importantes, inclusive do Guia Exame da Boa Cidadania Corporativa.

Índice Beta: Termo analítico usado para comparar o preço de uma ação em relação ao mercado. A comparação é feita entre a ação e o Índice Bovespa, que funciona como ponto de referência com Beta igual a 1. Em resumo, as ações com Beta > 1 são mais arriscadas e as com Beta < 1 são mais seguras e suas oscilações menos pronunciadas.

Inovação: a definição de inovação evoluiu através dos anos, primeiramente, em um foco restrito de introdução de um novo produto no mercado, para uma interpretação mais ampla que inclui mudanças em serviços, marketing (mercado) e sistemas de gerência. Sob esta perspectiva a inovação é a aplicação, em qualquer organização, de novas idéias, sejam relacionadas a produtos, processos, serviços, ou na gerência do sistema e mercado através do qual a organização opera. Do ponto de vista administrativo é definido como o esforço para criar uma mudança proposital e focada, no potencial econômico ou social de uma organização.

Instituto ETHOS de Responsabilidade Social: organização não governamental, fundada em 1998 anos por um grupo de empresários brasileiros, com o objetivo de difundir os conceitos e práticas de Responsabilidade Social Empresarial, bem como sensibilizar e apoiar outras Companhias para a sua implantação.

Interface GSM: Os dados coletados pela estação são enviados automaticamente para um computador em Curitiba via GSM (celular).

ISO – International Organization for Standardization - Organização Internacional de Normalização: organização não governamental, criada em 1947, com a finalidade de estabelecer padrões diferenciados de gerenciamento da qualidade para cada país. Visa facilitar o intercâmbio internacional de bens e serviços e a cooperação no âmbito das atividades intelectuais, científicas, tecnológicas e econômicas.

Joint-venture: forma de aliança inter-Empresarial que objetiva a criação de novo negócio, para atuação em mercados conjugados na comercialização de produtos ou na complementação de projetos de desenvolvimento de produtos. É normalmente estabelecida entre uma Companhia com capital necessário ao financiamento do projeto, e outra que domina as competências técnicas, os contatos comerciais, ou ambos. Nesse sentido, a franquia pode ser considerada como espécie de *joint-venture*.

kV - quilovolt: 1.000 volts

kW – quilowatt: 1.000 watts (potência ativa)

MCSD – Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits

MCSD exant – Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits que ocorre mensalmente, antes da realização do mercado, previsto pelo Decreto 5.163/2004.

MCSD – Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits que ocorre anualmente, após a realização do mercado.

Missão: razão de ser de uma organização, as necessidades sociais a que ela atende e seu foco fundamental de atividades. Elemento importante no estabelecimento da estratégia da organização. A missão precisa ser difundida por toda a Companhia.

Moodys - Moody's Investors Service: Agência internacional de classificação de risco de crédito.

MVA - mega volt ampère: 1.000.000 watts de potência aparente.

MW – megawatt: 1.000.000 watts (potência ativa).

New Money Bond - Bônus de Dinheiro Novo: Bônus de emissão do governo brasileiro utilizado na troca da dívida de responsabilidade do setor público em 15.04.1994 ao amparo do acordo da dívida externa. Esse ativo tem prazo de quinze anos, incluindo sete de carência, e rende juros flutuantes de mercado.

Oficina - Workshop: seminário ou curso intensivo, de curta duração, em que técnicas, habilidades, saberes, artes etc. são demonstrados e aplicados. Reunião de grupos de trabalho interessados em determinado projeto ou atividade para discussão e/ou apresentação prática do referido projeto ou atividade.

Organização não governamental ou Terceiro Setor – ONG: associação sem fins lucrativos que se dedica a ações relacionadas com a solidariedade social, a cooperação e o desenvolvimento, o auxílio a refugiados, a alfabetização e o planejamento familiar, a defesa do: patrimônio, ambiente, direitos da mulher.

Padronização: implementação de procedimentos uniformes e conscientes para a realização de tarefas; processo de classificação, ordenação, homogeneização e fixação de atividades, práticas e tecnologias segundo regras previamente estabelecidas.

Parceria: estágio de relacionamento especial e estreito entre duas organizações obtido em função de fatores e razões diversas. As parcerias objetivam o fortalecimento das relações com os clientes ou com os fornecedores. No primeiro caso, os fatores ou razões podem incluir melhor possibilidade do conhecimento dos requisitos e necessidades do cliente e, no segundo caso, o volume de negócios entre a organização e o fornecedor, grau de dependência da organização em relação ao fornecedor, criticidade do produto ou serviço oferecido pelo fornecedor.

Partes interessadas - stakeholders: todos os intervenientes na produção da Companhia e todos aqueles sobre os quais ela tem de alguma forma uma repercussão. São todos os “atores” da Companhia (colaboradores, clientes, fornecedores, acionistas, administradores), os “observadores” (o Estado, os sindicatos, as instituições, as mídias) e a sociedade civil (coletividades e associações da região onde está implantada a Companhia).

Par Bond - Bônus ao Par: Bônus de emissão do governo brasileiro utilizado na troca da dívida de responsabilidade do setor público em 15.04.1994 ao amparo do acordo da dívida externa. Envolve a troca ao par (sem desconto) da dívida antiga por bônus de juros fixos, com amortização única no final do trigésimo ano.

Patente: título de propriedade temporária sobre invenção/inação, modelo de utilidade ou desenho industrial, outorgado pelo Estado ao intencor, autor, pessoa física ou jurídica detentora de direitos sobre a criação. A patente confere ao seu titular uma situação legal, pela qual a invenção/inação patenteada pode ser explorada (fabricada, importada, vendida e usada), com autorização do titular.

Pesquisa e Desenvolvimento – P&D: atividades de natureza criativa ou empreendedora, desenvolvidas sistematicamente com vistas à geração de novos conhecimentos ou aplicação inovadora de conhecimento existente, inclusive para investigação de novas aplicações.

pH: Índice químico que identifica a acidez ou alcalinidade.

Planejamento: estratégia organizacional que envolve - (1) opção pelo cumprimento de determinada tarefa e conseqüente definição de objetivos gerais de curto e longo prazo; (2) definição de objetivos específicos para superintendências, áreas, equipes e funcionários (3) seleção de estratégias, e (4) alocação de recursos humanos, de equipamentos, tecnológicos, financeiros e outros.

Planejamento estratégico: processo de desenvolvimento e análise do propósito e da filosofia da Companhia, definição de objetivos gerais, das estratégias a serem utilizadas em prazo previamente definido, e da forma de alocação dos recursos.

Planos de ação: principais propulsores organizacionais, resultantes do desdobramento das estratégias de curto e longo prazos. De maneira geral, os planos de ação são estabelecidos para realizar aquilo que a organização deve fazer bem feito para que sua estratégia seja bem sucedida. O desenvolvimento dos planos de ação é de fundamental importância no processo de planejamento para que os objetivos estratégicos e as metas estabelecidas sejam entendidas e desdobradas para toda a organização. O desdobramento dos planos de ação requer uma análise do montante de recursos necessários e a criação de medidas de alinhamento para todas as unidades de trabalho. O desdobramento pode também exigir a capacitação de alguns ou o recrutamento de novas pessoas.

Princípio da Precaução: A Declaração do Rio, no seu artigo 15 diz: “Com o fim de proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deverá ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaças de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental” . – levar para glossário

Processo: conjunto de recursos e atividades inter-relacionadas que transformam insumos (entradas) em produtos (saídas). Essa transformação deve agregar valor na percepção dos clientes do processo e exige um certo conjunto de recursos. Os recursos podem incluir pessoal, finanças, instalações, equipamentos, métodos e técnicas, numa seqüência de etapas ou ações sistemáticas. O processo poderá exigir que a seqüência de etapas seja documentada por meio de especificações, de procedimentos e de instruções de trabalho, bem como que as etapas de medição e controle sejam adequadamente definidas.

Produtividade: eficiência na utilização dos recursos; relação entre a quantidade ou valor produzido e a quantidade ou o valor dos insumos aplicados à produção; rendimento

Qualidade: totalidade de características de uma entidade (atividade ou um processo, um produto, uma organização ou uma combinação destes), que lhe confere a capacidade de satisfazer as necessidades explícitas e implícitas dos clientes. Neste caso a entidade pode ser uma atividade ou um processo, um produto, uma organização ou uma combinação desses.

Rating: Opinião sobre risco relativo baseado na capacidade e vontade do emissor para pagar completamente e no prazo acordado, principal e juros durante o período de vigência do instrumento de dívida e também baseado na severidade da perda, em caso de inadimplência.

Reciclagem: processo através do qual um determinado material retorna ao seu ciclo de produção, após já ter sido utilizado e descartado, para que novamente possa ser transformado em um bem de consumo, assim economizando energia e preservando os recursos naturais e o meio ambiente.

Recurso renovável: bens naturais destinados às múltiplas atividades dos seres humanos e cuja disponibilidade futura é reversível com o uso, sempre que se utilize técnicas de manejo em que a taxa de consumo não exceda a capacidade de carga do meio. Um recurso renovável pode se auto-renovar a nível constante, porque se recicla rapidamente (água) ou porque está vivo e pode propagar-se ou ser propagado (organismos e ecossistemas).

Resíduo: qualquer material gasoso, líquido ou sólido, que sobra de um processo de produção, transformação, extração de recursos naturais, execução ou consumo de produtos e serviços.

Resolução CONAMA nº 357/2005: Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.

Responsabilidade Social Empresarial – RSE: forma de conduzir os negócios que torna a Companhia parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. A Companhia socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e conseguir incorporá-los ao planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos, não apenas dos acionistas ou proprietários. (FIEMG) “A responsabilidade social é uma forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da Companhia com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas Companhia-riais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.” (Instituto Ethos)

SI – Subsidiária Integral: Empresa cujo capital pertence integralmente a outra empresa.

Stakeholders – ver partes interessadas

Sustentabilidade: compatibilização da exploração de recursos com volume de investimentos orientados para o desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais tendo em vista a responsabilidade ambiental do setor produtivo. Condução dos negócios e uso de recursos naturais considerando o direito à vida das gerações futuras.

TUSD – Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição: Tarifa estabelecida pela Aneel, destinada ao pagamento pelo uso do sistema de distribuição em determinado ponto de conexão ao sistema.

V – volt: é a medida das tensões. a energia que dimensiona as cargas elétricas

Valor agregado: procedimento através do qual uma Companhia adquire e melhora produto ou serviço antes de oferecê-lo a seus clientes, conhecimento embutido num produto, serviço ou processo.

Visão: é a ideologia básica da empresa e sua visão de futuro. São metas específicas e planejáveis. É a imagem corporativa futura desejável, relacionada com o cliente, a equipe e o acionista/mantenedor.

W - watt: potência, energia. Potência desenvolvida quando se realiza, de maneira contínua e uniforme, o trabalho de 1 joule em 1 segundo

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balço Patrimonial - Ativo

Em 31 de dezembro de 2005 e de 2004

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NE	2005	2004
Circulante			
Disponibilidades	4	2.594	73.105
Concessionárias	5	58.876	42.938
Serviços executados para terceiros	6	85	95
Serviços em curso	7	3.871	3.044
Impostos e contribuições sociais a compensar	8	9.979	9.088
Ativo regulatório - Pasep/Cofins	9	13.876	-
Almoxarifado		9.387	9.485
Outros créditos	10	3.977	4.037
		102.645	141.792
Realizável a Longo Prazo			
Impostos e contribuições sociais	8	36.214	36.769
Depósitos judiciais	20	16.220	12.899
Ativo regulatório - Pasep/Cofins	9	10.928	19.179
Cauções e depósitos vinculados	11	5.643	5.639
Coligadas e controladas	12	-	80.448
Outros créditos	10	56	56
		69.061	154.990
Permanente			
Investimentos	13	2.257	2.257
Imobilizado	14	1.116.262	995.554
		1.118.519	997.811
Total do Ativo		1.290.225	1.294.593

As notas explicativas da administração - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balço Patrimonial - Passivo e Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2005 e de 2004
(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	2005	2004
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	17.126	18.407
Fornecedores	16	6.179	6.075
Impostos e contribuições sociais	8	35.250	28.236
Dividendos a pagar	21	69.217	132.434
Folha de pagamento e provisões trabalhistas		16.067	13.242
Benefícios pós-emprego	17	25.617	24.136
Taxas regulamentares	18	1.065	1.806
Outras contas a pagar	19	4.793	657
		175.314	224.993
Exigível a Longo Prazo			
Empréstimos e financiamentos	15	81.287	105.744
Provisões para contingências	20	41.977	29.307
Dívidas com pessoas ligadas		3.400	-
Impostos e contribuições sociais	8	3.716	6.521
Benefícios pós-emprego	17	80.803	92.833
		211.183	234.405
Patrimônio Líquido	21		
Capital social		751.989	751.989
Reservas de lucros		151.739	83.206
Lucros acumulados		-	-
		903.728	835.195
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.290.225	1.294.593

As notas explicativas da administração - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	2005	2004
Receita Operacional	22		
Disponibilidade da rede elétrica		388.829	367.291
Outras receitas operacionais		1.721	2.273
		390.550	369.564
Deduções da Receita Operacional	23	(39.508)	(22.104)
Receita Operacional Líquida		351.042	347.460
Custo do Serviço de Energia Elétrica			
Custo de operação			
Pessoal	25	(6.362)	(6.165)
Planos previdenciário e assistencial	26	(1.034)	(1.925)
Material		(1.142)	(1.092)
Serviços de terceiros		(4.581)	(4.947)
Depreciação e amortização		(34.486)	(32.884)
Tributos		(330)	(1.426)
Outros custos de operação	27	(1.433)	(1.250)
		(49.368)	(49.689)
Custo do serviço prestado a terceiros			
Pessoal	25	-	(141)
Planos previdenciário e assistencial	26	-	(44)
Material		(42)	(109)
Serviços de terceiros		(17)	(87)
Tributos		(2)	(3)
		(61)	(384)
		(49.429)	(50.073)
Lucro Operacional Bruto		301.613	297.387
Despesas Operacionais	24		
Despesas com vendas		(748)	-
Despesas gerais e administrativas		(104.021)	(96.150)
Outras despesas operacionais		(7.046)	(13.020)
		(111.815)	(109.170)
Resultado do Serviço		189.798	188.217
Resultado Financeiro	28		
Receitas financeiras		4.715	8.881
Despesas financeiras		(1.160)	(11.029)
		3.555	(2.148)
Lucro Operacional		193.353	186.069
Resultado Não Operacional	29	(332)	(744)
Lucro antes do Imp. Renda e Contr. Social		193.021	185.325
Imposto de Renda e Contribuição Social	30		
Imposto de renda		(30.365)	(27.595)
Contribuição social		(11.130)	(10.186)
		(41.495)	(37.781)
Lucro Líquido do Exercício		151.526	147.544
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações		201,50	196,21

As notas explicativas da administração - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2003	751.989	6.076	15.056	-	773.121
Lucro líquido do exercício	-	-	-	147.544	147.544
Destinação proposta à A.G.O.:					
Reserva legal	-	7.377	-	(7.377)	-
Dividendos	-	-	-	(85.470)	(85.470)
Reserva para investimentos	-	-	54.697	(54.697)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2004	751.989	13.453	69.753	-	835.195
Ajuste de exercícios anteriores - NE 19	-	-	-	(1.561)	(1.561)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	151.526	151.526
Destinação proposta à A.G.O.:					
Reserva legal	-	7.576	-	(7.576)	-
Dividendos	-	-	-	(81.432)	(81.432)
Reserva para investimentos	-	-	60.957	(60.957)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2005	751.989	21.029	130.710	-	903.728

As notas explicativas da administração - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004

(Valores expressos em milhares de reais)

	2005	2004
ORIGENS		
Das operações		
Lucro líquido do exercício	151.526	147.544
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação e amortização	38.594	36.546
Variações monetárias de longo prazo - líquidas	(8.527)	(2.109)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.249)	4.305
Provisões no exigível a longo prazo	13.236	32.296
Baixas de investimentos	-	16
Baixas de imobilizado em serviço - líquidas	1.100	882
	42.154	71.936
	193.680	219.480
De terceiros		
Controladora e coligadas	83.848	-
Realizáveis a longo prazo transferidos para o circulante:		
ICMS a recuperar	-	14.540
Ativo regulatório - Pasep/Cofins	34.702	-
	118.550	14.540
Da redução do capital circulante líquido	-	72.365
TOTAL DAS ORIGENS	312.230	306.385
APLICAÇÕES		
Na distribuição de dividendos	81.432	85.470
No imobilizado	148.869	88.544
No realizável a longo prazo		
Impostos e contribuições sociais a compensar	-	8.345
Depósitos judiciais	3.321	4.046
Ativo regulatório Pasep/Cofins	26.452	19.179
Controladora e coligadas	-	60.294
	29.773	91.864
Exigíveis a longo prazo transferidos para o circulante:		
Empréstimos e financiamentos	15.934	17.779
Benefícios pós-emprego	24.129	22.728
Impostos, contribuições sociais e outras contas a pagar	1.561	-
	41.624	40.507
No aumento do capital circulante líquido	10.532	-
TOTAL DAS APLICAÇÕES	312.230	306.385
Demonstração da variação do capital circulante líquido		
Ativo circulante inicial	141.792	133.315
Passivo circulante inicial	224.993	144.151
Capital circulante líquido inicial	(83.201)	(10.836)
Ativo circulante final	102.645	141.792
Passivo circulante final	175.314	224.993
Capital circulante líquido final	(72.669)	(83.201)
Aumento (redução) do capital circulante líquido	10.532	(72.365)

As notas explicativas da administração - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

A NE nº 32 apresenta o detalhamento desta demonstração contábil.

Demonstração do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	2005	2004
Receitas			
Disponibilidade da rede e outras Receitas	22	390.550	369.564
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	27	(748)	-
Resultado não operacional	29	(332)	(744)
Total		389.470	368.820
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Material, insumos e serviços de terceiros		19.549	18.270
Outros insumos		5.701	12.596
Total		25.250	30.866
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		364.220	337.954
(-) Depreciação e amortização		38.594	36.546
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		325.626	301.408
(+) Valor Adicionado Transferido			
Receitas financeiras	28	14.331	11.777
Total		14.331	11.777
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		339.957	313.185

Nota: Demonstração em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 3.7 aprovada pela Resol. CFC nº 1.010 publicada no D.O.U. em 25.01.2005.

Demonstração do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004

(Valores expressos em milhares de reais)

(continuação)		2005	%	2004	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO :					
Pessoal					
Remunerações	25	63.466		54.191	
Planos previdenciário e assistencial	26	14.545		22.909	
Auxílio alimentação e educação	25	4.198		3.677	
Encargos sociais - FGTS	25	4.915		4.131	
Indenizações trabalhistas	25	525		5	
Participação nos lucros e/ou resultados	25	4.441		2.788	
Transferências para imobilizado em curso	25	(18.728)		(14.854)	
Total		73.362	21,6	72.847	23,3
Governo					
Impostos Federais:		103.795		80.354	
Encargos sociais - INSS	25	16.714		14.119	
Imposto de renda e contribuição social	30	41.495		37.781	
Pasep	23	6.427		(204)	
Cofins	23	22.710		11.087	
Taxas regulamentares	24	2.879		1.078	
RGR	23	10.339		11.176	
CPMF e IOF	28	1.538		1.837	
Provisão para Tributos Federais	28	-		1.500	
Tributos s/ Rec. Financeira (Pasep/Cofins)		-		58	
Outros Tributos		1.693		1.922	
Impostos Municipais:		33		44	
ISSQN	23	33		44	
Total		103.828	30,5	80.398	25,7
Financiadores					
Juros e variações monetárias	28	9.238		10.530	
Aluguéis	27	2.003		1.866	
Total		11.241	3,3	12.396	4,0
Acionistas					
Remuneração do capital próprio	21	81.432		85.470	
Lucros retidos		70.094		62.074	
Total		151.526	44,6	147.544	47,0
		339.957	100,0	313.185	100,0
Valor Adicionado (médio) por empregado		389		390	
Taxa de contribuição do patrimônio líquido - %		37,6		37,5	
Taxa de geração de riqueza - %		26,3		24,2	
Taxa de retenção de riqueza - %		20,6		19,8	

As notas explicativas da administração - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2005 e de 2004

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado).

1 Contexto Operacional

A Copel Transmissão S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel, destinada a: a) pesquisar, conceber, planejar, construir, explorar, operar e manter sistemas de transporte e transformação de energia elétrica nas tensões iguais e superiores a 69 kV; b) coordenar atividades para expansão, acesso e uso das instalações de transporte e transformação de energia elétrica nas tensões iguais e superiores a 69 kV; c) prestar serviços em suas áreas de especialização, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Detém concessão para transmissão de energia elétrica até o ano de 2015.

2 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conjugadas com a legislação específica da Aneel e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - Ibracon e do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento aos ditames contidos no Ofício-circular ANEEL/SFF n.º 2218, de 23.12.2005.

As principais reclassificações realizadas pela Copel Transmissão nas demonstrações contábeis de 31.12.2004 estão relacionadas a seguir:

De		Para		Valor
RLP	Outros créditos	RLP	Ativo regulatório - Pasep/Cofins	19.179
RLP	Outros créditos	RLP	Cauções e depósitos vinculados	5.639
DRE	Custo de operação - Outros custos	DRE	Custo de operação - Tributos	1.426
DRE	Custo de operação - Outros custos	DRE	Outras desp. operac. - Progr. P&D, PDTI e FNDCT	187
DRE	Custo do sv. Prest a terc - Outros custos	DRE	Custo do sv. Prest a terc - Tributos	3
DRE	Despesas gerais e adm. - Pessoal (1)	DRE	Outras desp. operac. - Prov. para contingências	9.635
DRE	Despesas gerais e adm. - Outras despesas.	DRE	Despesas gerais e adm. - Tributos	492
DRE	Outras desp. operac. - Progr. P&D, PDTI e F	DRE	Outras desp. operac. - Taxas regulamentares	156

RLP = Ativo realizável a longo prazo

DRE = Demonstração do resultado

(1) Reversão de provisões para contingências trabalhistas

3 Principais Práticas Contábeis

a) Aplicações financeiras

Estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até 31.12.2005.

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A PCLD está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

c) Materiais em estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados pelo custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição (os bens de massa são registrados pelo custo médio). Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

d) Investimentos

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda, quando aplicável.

e) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Portaria DNAEE n.º 815, de 30.11.1994, complementada pela Resolução Aneel n.º 015, de 24.12.1997. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução Aneel n.º 44, de 17.03.1999, apresentadas na nota 14.

Os gastos de administração central são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Em atendimento à Instrução Contábil 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as obrigações vinculadas à concessão, registradas nos livros em subgrupo específico no passivo exigível a longo prazo, estão apresentadas como conta redutora do ativo imobilizado.

Os encargos financeiros, os juros e efeitos inflacionários incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao imobilizado em andamento, são apropriados às imobilizações em curso durante o período de construção.

f) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos, financiamentos são atualizados pelas variações monetárias e cambiais incorridas até a data do balanço, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente.

g) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas de imposto de renda e de contribuição social, reconhecido o diferimento em função das diferenças intertemporais.

h) Planos previdenciário e assistencial

Os custos associados aos planos previdenciário e assistencial junto à Fundação Copel são reconhecidos em conformidade com a Deliberação CVM n.º 371, de 13.12.2000.

i) Provisões para contingências

Estão registradas até a data do balanço pelo montante provável de perda, observada a natureza de cada contingência. Os fundamentos e a natureza das provisões estão descritos na nota 20.

j) Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo, quando legal ou contratualmente exigidos, estão atualizados até a data do balanço.

k) Uso de estimativas

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com os princípios de contabilidade adotados no Brasil requer que a Administração da Companhia faça estimativas e premissas que de fato afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data do balanço patrimonial e os valores reportados de receitas e despesas. Os resultados concretos desses fatos podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil do imobilizado, provisão para contingências, imposto de renda, premissas de plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego.

l) Diferimentos de custos do setor

A estrutura de definição das tarifas no Brasil está projetada para fornecer a recuperação dos custos permitidos da Companhia. Dessa forma, e seguindo orientação da Aneel, a Companhia capitaliza as variações de custos permitidos como ativos regulatórios diferidos quando existe uma expectativa provável de que a receita futura equivalente aos custos incorridos será faturada e cobrada como resultado direto da inclusão dos custos em uma tarifa ajustada, definida pela agência reguladora. O ativo regulatório diferido será eliminado quando o poder concedente autorizar sua inclusão na base tarifária da Companhia.

m) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

n) Lucro líquido por ação

O lucro líquido por ação é determinado com base na quantidade de ações do capital social integralizado em circulação na data do balanço.

4 Disponibilidades

				2005	2004
Caixa e bancos				299	1.954
Aplicações financeiras	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração		
Banco do Brasil	CDB	16/08/2007	100,00% CDI	198	
Banco do Brasil	CDB	20/09/2007	100,00% CDI	2.097	
Banco do Brasil	CDB	07/06/2006	100,00% CDI		2.356
Banco do Brasil	CDB	06/07/2006	100,00% CDI		2.143
Banco do Brasil	CDB	10/07/2006	100,00% CDI		8.570
Banco do Brasil	CDB	27/07/2006	100,00% CDI		1.062
Banco do Brasil	CDB	07/08/2006	100,00% CDI		2.965
Banco do Brasil	CDB	04/09/2006	100,00% CDI		6.590
Banco do Brasil	CDB	05/09/2006	100,00% CDI		3.032
Banco do Brasil	CDB	06/09/2006	100,00% CDI		8.361
Banco do Brasil	CDB	05/10/2006	100,00% CDI		3.616
Banco do Brasil	CDB	07/11/2006	100,00% CDI		11.736
Banco do Brasil	CDB	16/11/2006	100,00% CDI		710
Banco do Brasil	CDB	12/12/2006	100,00% CDI		2.009
Banco do Brasil	CDB	13/12/2006	100,00% CDI		3.764
Banco do Brasil	CDB	14/12/2006	100,00% CDI		4.764
Caixa Econômica Federal	CDB	05/04/2006	99,00% CDI		3.335
Caixa Econômica Federal	CDB	14/12/2006	99,00% CDI		6.138
				2.295	71.151
				2.594	73.105

5 Concessionárias

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	2005	2004
Sistema de Transmissão					
Rede básica	16.537	155	2	16.694	15.276
Rede básica fronteira	2.903			2.903	2.419
Rede de conexão	39.241	10	87	39.338	25.243
Prov. p/ créd. liquidação duvidosa			(59)	(59)	
	58.681	165	30	58.876	42.938

6 Serviços Executados para Terceiros

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	2005	2004
Serviços executados p/ terceiros	22	4	94	120	95
Prov. p/ créd. liquidação duvidosa	-	-	(35)	(35)	-
	22	4	59	85	95

7 Serviços em Curso

Em 2004 Serviços Próprios representava 99% do saldo da conta, em 2005 representa 78%.

8 Impostos e Contribuições Sociais

	2005	2004
Ativo Circulante		
IRPJ/CSLL diferidos sobre: (a)		
Plano previd. E assistencial - delib. CVM 371	515	497
Déficit previdenciário - plano III	1.218	1.150
Adições temporárias	804	
Refis parcela refis federal	7.440	7.440
Outros tributos a compensar	2	1
	9.979	9.088
Ativo Realizável a Longo Prazo		
IRPJ/CSLL diferidos sobre: (a)		
Déficit previdenciário - plano III	21.995	23.213
Planos previd. e assistencial - delib. CVM 371	7.020	7.538
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	359	96
Adições Temporárias	6.840	5.922
	36.214	36.769
Passivo Circulante		
IRPJ/CSLL a pagar	26.073	25.823
IRPJ/CSLL diferidos sobre: (a)		
Exclusões temporárias	4.717	
Imposto de renda retido na fonte	7	93
Pasep e Cofins a recolher	4.392	2.202
Outros tributos	61	118
	35.250	28.236
Passivo Exigível a Longo Prazo		
IRPJ/CSLL diferidos sobre: (a)		
Ativo regulatório Pasep/Cofins	3.716	6.521
	3.716	6.521

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia contabiliza imposto de renda diferido calculado à alíquota de 15%, mais o adicional de 10%, e a contribuição social calculada à alíquota de 9%.

Os tributos diferidos sobre déficit previdenciário estão sendo realizados em conformidade com o plano de amortização da respectiva dívida e a provisão para convênio assistencial na medida em que ocorrem os pagamentos dos benefícios pós-emprego. Os tributos diferidos sobre as demais provisões serão realizados em função das decisões judiciais e das realizações dos ativos regulatórios.

Os créditos fiscais estão contabilizados conforme demonstração a seguir:

	2005
Ativo circulante	
IRPJ/CSLL sobre planos previd. e assistencial - delib. CVM 371	515
IRPJ/CSLL sobre déficit previdenciário - plano III	1.218
Adições temporárias	804
Ativo realizável a longo prazo	
IRPJ/CSLL sobre déficit previdenciário - plano III	21.995
IRPJ/CSLL sobre planos previd. e assistencial - delib. CVM 371	7.020
IRPJ/CSLL sobre adições temporárias	7.199
(-) Passivo circulante	
IRPJ/CSLL sobre exclusões temporárias	4.717
(-) Passivo Exigível a Longo Prazo	
IRPJ/CSLL sobre ativo regulatório PIS/COFINS	3.716
	30.318

Em cumprimento à Instrução CVM n.º 371, de 27.06.2002, a expectativa de geração de base de cálculo positiva em montante suficiente para realização dos créditos fiscais, contabilizados pela Companhia com base em estudos submetidos à apreciação dos Conselhos de Administração e Fiscal, está apresentada a seguir:

	Parcela estimada de realização	Parcela efetiva de realização	Parcela estimada de realização
2005	5.145	6.102	
2006			6.063
2007			2.216
2008			2.136
2009			2.120
2010			2.207
Após 2010			15.575
	5.145	6.102	30.318

As projeções de resultado futuro serão objeto de reavaliação da Administração quando da aprovação das demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2006.

9 Ativo Regulatório - Pasep/Cofins

Em função dos efeitos produzidos pelas Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003 e 10.865, de 30 de abril de 2004, no que se refere aos impactos econômicos e financeiros, produzidos pela majoração das alíquotas e da mudança de critérios de apuração das contribuições do Pasep e da Cofins, o Ofício Circular nº 302/2005 SFF/ANEEL veio reconhecer o direito de constituição de Ativo Regulatório, versando sobre os procedimentos referente ao encerramento do exercício de 2004. Fundamentada em tal dispositivo, a Companhia tem registrado de acordo com critério definido pela Agência Reguladora, os créditos no montante de R\$ 38.680.

O Ofício Circular nº 780/2005-SFF/ANEEL estabeleceu metodologia para o processo de revisão do equilíbrio econômico e financeiro da concessionária de transmissão, para o período de dezembro/2002 a junho/2005.

A Resolução Homologatória da ANEEL nº 149/2005 estabeleceu a receita anual permitida para as concessionárias transmissora para o período de 2005 a 2006 e incorpora os efeitos financeiros decorrentes da alteração do regime de cobrança do Pasesp e da Cofins até junho/2005, no montante de R\$ 27.752, através de parcela de Ajuste (PA), que serão adicionadas a receita anual permitida que a Copel Transmissão tem direito receber mensalmente, no período de julho/2005 a junho/2006.

No montante dos créditos de R\$ 10.928 estão contabilizados como ativo realizável a longo prazo, aguardando definições da Aneel quanto aos prazos de recuperação. Por este motivo, tais valores não foram atualizados monetariamente.

Do montante a ser recuperado até o próximo reajuste tarifário, ou seja, R\$ 27.752, contabilizado no ativo circulante, já foram realizados R\$ 13.876.

10 Outros Créditos

	2005	2004
Ativo circulante		
Adiantamento a fornecedores	53	3
Adiantamento para depósitos judiciais	1.400	938
Alienação de bens e direitos	26	26
Desativações em curso	1	363
Empregados	1.066	1.013
Entidades seguradoras	185	149
Outros créditos a receber	151	74
Pagamentos antecipados	1.154	968
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(962)	(282)
RGR - diferença de 2003	43	-
Salários empregados cedidos a recuperar	860	785
	3.977	4.037
Ativo realizável a longo prazo		
Bens e direitos destinados à alienação	56	56
	56	56

11 Cauções e Depósitos Vinculados

Caução do contrato da STN	2005	2004
Tipo de bônus		
Discount Bond	2.327	2.327
Par Bond	3.316	3.312
	5.643	5.639

12 Coligadas e Controladas

O valor que a Copel Transmissão tinha a receber em 2004 referia-se a créditos junto a sua Controladora.

13 Investimentos

Os valores registrados nesta conta referem-se aos terrenos adquiridos para uso futuro.

14 Imobilizado

	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 2005	Líquido 2004
Em serviço				
Rede Básica	716.625	(200.974)	515.651	480.742
Rede de Conexão	644.368	(231.630)	412.738	398.032
Administração	20.283	(10.687)	9.596	9.252
	1.381.276	(443.291)	937.985	888.026
Em curso				
Rede Básica	72.483	-	72.483	55.418
Rede de Conexão	84.884	-	84.884	41.619
Administração	28.050	-	28.050	17.631
	185.417	-	185.417	114.668
Obrigações vinculadas à concessão	(7.140)		(7.140)	(7.140)
	1.559.553	(443.291)	1.116.262	995.554

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na transmissão são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/1999 regulamentou a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

a) Obrigações especiais

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores dos consumidores, destinados a investimentos na atividade de transmissão. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de transmissão, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

b) Levantamento físico dos bens do imobilizado

A Companhia realiza regularmente inventários físicos de seus ativos, distribuídos dentro de sua área de concessão.

c) Taxas de depreciação

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL n.º 44/1999, são:

	%
Equipamento geral	10,0
Disjuntor	3,0
Estrutura do sistema	2,5
Condutor do sistema	2,5
Transformador de força	2,5

d) Mutação do imobilizado

Saldos	Imobilizado		Obrigações	Total
	Em serviço	Em curso	Especiais	
Em 31 de dezembro de 2003	861.093	93.118	(7.140)	947.071
Programa de investimentos	-	70.108	-	70.108
Quotas de depreciação	(36.546)	-	-	(36.546)
Baixas	(883)	-	-	(883)
Imobilizações de obras	64.362	(64.362)	-	-
Reversão de prov. p/ contingências com servidões	-	(2.632)	-	(2.632)
ICMS a recuperar transf. do ativo circulante	-	4.784	-	4.784
ICMS a recup. transf. do ativo realizável a longo prazo	-	13.652	-	13.652
Em 31 de dezembro de 2004	888.026	114.668	(7.140)	995.554
Programa de investimentos	-	148.869	-	148.869
Quotas de depreciação	(38.594)	-	-	(38.594)
Baixas	(1.100)	-	-	(1.100)
Imobilizações de obras	89.653	(89.653)	-	-
Provisões para contingências com servidões	-	6.649	-	6.649
Provisões para contingências com desapropriações	-	4.884	-	4.884
Em 31 de dezembro de 2005	937.985	185.417	(7.140)	1.116.262

15 Empréstimos e Financiamentos

Detalhamento:

	Principal	Circulante Encargos	Longo prazo Principal	2005	2004
Moeda estrangeira					
Holding - S T N (1)	2.039	374	22.977	25.390	31.312
Banco do Brasil (2)	4.907	413	14.720	20.040	32.766
	6.946	787	37.697	45.430	64.078
Moeda nacional					
Eletrobras (3)	9.029	364	43.590	52.983	60.073
	9.029	364	43.590	52.983	60.073
	15.975	1.151	81.287	98.413	124.151

(1) Secretaria do Tesouro Nacional - A reestruturação da dívida de médio e longo prazos, assinada em 20 de maio de 1998, referente aos financiamentos sob amparo da Lei n.º 4.131/62, está demonstrada no quadro a seguir:

Tipo de bônus	Prazo (anos)	Vencimento final	Carência (anos)	2005	2004
Par Bond (a)	30	15.04.2024	30	7.816	8.841
Capitalization Bond (b)	20	15.04.2014	10	5.677	7.192
Debt Conversion Bond (c)	18	15.04.2012	10	4.819	6.263
Discount Bond (d)	30	15.04.2024	30	5.431	6.119
EI Bond - Bônus de Juros (e)	12	15.04.2006	3	267	900
New Money Bonds (f)	15	15.04.2009	7	685	991
FLIRB (g)	15	15.04.2009	9	695	1.006
				25.390	31.312

As taxas de juros praticadas são as seguintes:

- a) *Par Bond* – 6,0% a.a.
- b) *Capitalization Bond* – 8,0% a.a.
- c) *Debt Conversion Bond* – *Libor* semestral + 7/8 de 1% a.a.
- d) *Discount Bond* – *Libor* semestral + 13/16 de 1% a.a.
- e) *El Bond* – Bônus de Juros – *Libor* semestral + 13/16 de 1% a.a.
- f) *New Money Bonds* – *Libor* semestral + 7/8 de 1% a.a.
- g) *Flirb* – *Libor* semestral + 13/16 de 1% a.a.

(2) Banco do Brasil S.A. – Contrato com recursos em Yen, para a importação da subestação isolada a gás para a Usina de Salto Caxias, amortizável em 20 parcelas semestrais, a partir de 7 de março de 2000, com juros de 2,80% a.a. e comissão de repasse de 3,80%a.a..

(3) Eletrobrás – Empréstimos originados de recursos do Finel para expansão dos sistemas de transmissão. A amortização dos contratos vencidos, iniciou-se em 30 de abril de 1999 e o último pagamento está previsto para junho de 2016. Os juros de 5,5% a.a. a 6,5% a.a. e o principal são amortizados mensalmente, atualizados pelo índice do Finel.

a) Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador:

Moeda (equivalente em R\$) / Indexador	2005	%	2004	%
Moeda estrangeira				
Dólar norte-americano	25.390	25,80	31.312	25,22
Yen	20.040	20,36	32.766	26,39
	45.430	46,16	64.078	51,61
Moeda nacional				
FINEL	52.983	53,84	60.073	48,39
	52.983	53,84	60.073	48,39
	98.413	100,00	124.151	100,00

b) Variação das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos:

Moeda/Indexador	Variação anual (%)	
	2005	2004
Dólar norte-americano	(11,82)	(8,13)
Yen	(23,53)	(3,98)
FINEL	0,24	2,38

c) Vencimentos das parcelas a longo prazo:

	Moeda estrangeira	Moeda nacional	2005	2004
2006				17.026
2007	6.683	8.335	15.018	16.727
2008	6.683	8.335	15.018	16.728
2009	6.488	4.653	11.141	12.845
2010	1.387	3.426	4.813	4.986
2011	1.387	3.426	4.813	4.986
2012	1.021	3.426	4.447	4.570
2013	654	3.426	4.080	4.155
2014	326	3.426	3.752	3.784
2015	-	3.426	3.426	3.413
2016	-	1.711	1.711	1.706
2017	-	-	-	-
após 2017	13.068	-	13.068	14.818
	37.697	43.590	81.287	105.744

d) Mutação de empréstimos e financiamentos:

Saldos	Moeda estrangeira		Moeda nacional		Total
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	
Em 31 de dezembro de 2003	10.594	67.137	8.776	58.675	145.182
Ingressos					-
Encargos	4.329		5.262		9.591
Varição monetária e cambial	(815)	(3.583)	66	1.294	(3.038)
Transferências	9.519	(9.519)	8.260	(8.260)	-
Amortizações	(13.584)		(14.000)		(27.584)
Em 31 de dezembro de 2004	10.043	54.035	8.364	51.709	124.151
Ingressos					-
Encargos	3.254		4.670		7.924
Varição monetária e cambial	(1.564)	(8.739)	(55)	216	(10.142)
Transferências	7.599	(7.599)	8.335	(8.335)	-
Amortizações	(11.599)		(11.921)		(23.520)
Em 31 de dezembro de 2005	7.733	37.697	9.393	43.590	98.413

16 Fornecedores

	2005	2004
Material	3.647	2.789
Serviço	2.165	2.787
Retenção contratual	367	499
	6.179	6.075

17 Benefício Pós-Emprego

A Companhia, através da Fundação Copel, da qual é patrocinadora, mantém planos de complementação de aposentadoria e pensão (Plano Previdenciário) e de assistência médica-odontológica (Plano Assistencial) para seus empregados e dependentes legais ativos e pós-emprego. As contribuições aos planos são efetuadas por ambas as partes, patrocinadora e beneficiários, com base em cálculos atuariais elaborados por atuários independentes, seguindo as normas vigentes aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar, a fim de prover fundos suficientes para cobrir as obrigações futuras com os benefícios a conceder.

Em 1998, houve implantação e migração do plano previdenciário (Plano Previdenciário III). Em consequência, essa mudança de plano gerou um saldo de dívida, que, atualizado até então, foi transferido da Controladora para a Copel Transmissão, por ocasião de sua criação, em 2001. O montante foi financiado em 210 prestações mensais, indexadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC e juros de 6% a.a., com vencimento a partir de 1º.08.2001. Como garantia desse contrato, a patrocinadora autorizou a Fundação Copel a bloquear saldos em contas correntes bancárias de sua propriedade, ficando a Controladora como garantidora solidária em caso de qualquer déficit decorrente da concessão de benefícios.

A Companhia adota as práticas contábeis instituídas pela Deliberação CVM n.º 371, de 13.12.2000, para registrar os custos com os planos previdenciário e assistencial, bem como os encargos sobre a dívida assumida com o Plano III.

18 Taxas Regulamentares

	2005	2004
Quota de reserva global de reversão - RGR	862	767
Conta Consumo de Combustível - CCC	66	
RGR - Diferença 2002		986
Taxa de fiscalização - ANEEL	137	53
	1.065	1.806

O recolhimento da quota anual da Reserva Global de Reversão – RGR, relativo ao exercício de 2005 foi efetuado de acordo com os prazos e valores estabelecidos pelo Despacho ANEEL n.º 1104 de 28 de dezembro de 2004. A RGR – Diferença 2002, representava as seis parcelas restantes conforme previsto no Despacho ANEEL n.º 491 de 25 de junho de 2004.

O recolhimento da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE, relativo ao exercício de 2005, foi efetuado de acordo com os prazos e valores estabelecidos pelo Despacho ANEEL n.º 1098 de 28 de dezembro de 2004.

19 Outras Contas a Pagar

	2005	2004
Cauções em garantia	38	22
Programa de pesquisa e desenvolvimento	3.927	
Prêmio de seguro a pagar	765	632
Outras obrigações	63	3
	4.793	657

a) Prêmio de seguro a pagar

A Copel Transmissão S.A. em agosto de 2005, contratou através de processo licitatório, apólices de seguro dos ramos elementares, com o custo parcelado em sete vezes; sendo que ao término de 31/12/2005, restaram três parcelas no total de R\$ 765 a serem pagas no primeiro trimestre de 2006.

b) Programas de pesquisa e desenvolvimento - P&D

A fim de atender ao disposto na Resolução Normativa Aneel nº 176, de 28.11.2005, a Companhia registrou neste exercício um passivo referente aos recursos a serem aplicados no valor de R\$ 1.562 para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu a título de ajuste de exercícios anteriores, na conta de Lucros Acumulados, os efeitos líquidos dos impostos, das despesas incorridas referentes aos exercícios de 2003 e 2004, no valor de R\$ 1.561, que corresponde ao provisionamento de R\$ 2.365.

	P&D
Despesas operacionais	1.562
Efeito no resultado	1.562
Ajustes em lucros acumulados	1.561
Impostos a compensar (ativo circulante)	804
Total	3.927

20 Provisões para Contingências

A Companhia responde por diversos processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível, perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para contingências sobre as causas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

	Depósitos judiciais (Ativo - LP)		Provisões (Passivo - LP)	
	2005	2004	2005	2004
Desapropriações			4.884	
Diversos	10	10	326	224
Servidões de passagem	5.932	5.500	12.110	5.461
Trabalhistas	10.175	7.286	23.157	22.122
Tributário	103	103	1.500	1.500
	16.220	12.899	41.977	29.307

Contingências trabalhistas

Referem-se a processos trabalhistas, em andamento, avaliados por assessoria jurídica independente e advogados internos, tendo sido constituída provisão em função das referidas avaliações.

Contingências com servidões de passagem

Ações impetradas por proprietários de terras cujas áreas foram atingidas pelas linhas de transmissão.

21 Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2005 é de R\$ 751.989, composto por 751.988.603 ações ordinárias pertencentes a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

b) Dividendos 2005

O artigo 9.º da Lei n.º 9.249, de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo-TJLP. A companhia constituiu juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 81.432, conforme demonstrado a seguir:

	2005	2004
Lucro líquido do exercício	151.526	147.544
Efeitos fiscais pela opção de juros sobre o capital próprio	(27.687)	(29.060)
Lucro líquido do exercício sem os efeitos fiscais dos juros sobre o capital próprio	123.839	118.484
Reserva legal teórica sobre o lucro acima	(6.192)	(5.924)
Base de cálculo para dividendos mínimos	117.647	112.560
Dividendos mínimos obrigatórios (30%)	35.294	33.768
Imposto de renda retido sobre juros sobre o capital próprio	12.215	12.821
Valor do dividendo mínimo ajustado, calculado considerando o efeito do IRRF	47.509	46.589
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	33.923	38.881
Remuneração do capital próprio apropriada	81.432	85.470

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em Despesas Financeiras, e, para efeito das demonstrações, são apresentados como destinação do Lucro Líquido do Exercício. No resultado do exercício, sua reversão foi efetuada em rubrica própria, conforme preconiza a CVM.

22 Receita Operacional

	2005	2004
Receita pela disponibilidade da rede		
Rede básica	144.506	138.063
Rede básica fronteira	24.666	10.885
Rede de conexão	219.657	218.343
	388.829	367.291
Outras receitas operacionais	1.721	2.273
	390.550	369.564

23 Deduções da Receita Operacional

	2005	2004
Tributos sobre a receita		
Cofins	(28.558)	(24.472)
Pasep	(6.204)	(5.591)
(-) Pasep/Cofins - Ativo Regulatório	19.502	19.179
(+) Pasep/Cofins - Realização do Ativo Regulatório	(13.876)	
ISSQN	(33)	(44)
	(29.169)	(10.928)
Encargos do consumidor		
Quota para RGR	(10.339)	(11.176)
	(10.339)	(11.176)
	(39.508)	(22.104)

24 Despesas Operacionais

	2005	2004
Despesas com vendas		
Outras despesas com vendas (nota 27)	748	
	748	-
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal (nota 25)	69.169	57.751
Plano previdenciário e assistencial (nota 26)	13.511	20.940
Materias	3.896	4.108
Serviços de terceiros	9.871	7.927
Depreciação e amortização	4.108	3.662
Tributos	1.362	492
Outras despesas gerais e administrativas (nota 27)	2.104	1.270
	104.021	96.150
Outras despesas operacionais		
Taxas regulamentares	2.879	1.078
Programas de P&D ⁽¹⁾ , PDTI ⁽²⁾ e FNDCT ⁽³⁾	3.094	1.469
Provisões para contingências	1.137	9.859
Outras despesas operacionais (nota 27)	(64)	614
	7.046	13.020
	111.815	109.170

⁽¹⁾ Programa de pesquisa e desenvolvimento

⁽³⁾ Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico

⁽²⁾ Programa de desenvolvimento tecnológico e industrial

25 Pessoal

	Custo de operação	Despesas gerais e adm.	2005	2004
Remunerações	4.233	59.233	63.466	54.191
Encargos sociais	1.448	20.181	21.629	18.250
Auxílio alimentação e educação	311	3.887	4.198	3.677
Indenizações e rescisões trabalhistas		525	525	5
Participação nos resultados	365	4.076	4.441	2.788
(-) Transferências p/ ordens em curso	5	(18.733)	(18.728)	(14.854)
	6.362	69.169	75.531	64.057

26 Planos Previdenciário e Assistencial

A Copel Transmissão S.A. através da Fundação Copel, da qual é patrocinadora, mantém planos de complementação de aposentadoria e pensão (Plano Previdenciário) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial) para seus empregados e dependentes legais ativos e pós-emprego. As contribuições aos planos são efetuadas por ambos, patrocinadoras e beneficiários, baseadas em cálculos atuariais preparados por atuários independentes, seguindo as normas vigentes aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar, com o objetivo de prover fundos suficientes para cobrir as obrigações futuras com os benefícios a conceder.

Deliberação CVM n.º 371/2000 - Contabilização de Benefícios a Empregados

A empresa adotava a prática contábil de registrar os custos com os planos previdenciário e assistencial, bem como os encargos sobre a dívida assumida com o Plano III, no resultado do exercício, conforme os mesmos eram incorridos.

A partir da emissão da Deliberação CVM n.º 371, de 13 de dezembro de 2000, que aprovou o Pronunciamento do Ibracon sobre a Contabilização de Benefícios a Empregados, novas práticas contábeis de apuração e divulgação dos efeitos decorrentes destes benefícios foram instituídas e devem ser obrigatoriamente aplicadas para os exercícios iniciados em ou após 1.º de janeiro de 2002.

Para viabilizar a implementação e dar garantias financeiras ao novo plano Pró-Saúde, a Copel Transmissão S.A., aportou fundos, em montante calculado por atuário especialmente contratado pela Fundação Copel, que foram registrados contra a obrigação reconhecida em 1.º de julho de 2001.

Em 2005, a despesa incorrida com os planos previdenciário e assistencial foi:

	Plano previdenciário	Plano assistencial	2005	2004
Período pós-emprego	5.260	6.839	12.099	20.640
Empregados ativos		2.446	2.446	2.269
	5.260	9.285	14.545	22.909

27 Outros Custos e Despesas

	2005	2004
Outros custos de operação		
Custos gerais	30	
Indenizações	6	9
Recuperação de despesas	(20)	(156)
Seguros	1.417	1.397
Tributos		
	1.433	1.250
Outras despesas com vendas		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	748	
	748	-
Outras despesas gerais e administrativas		
Arrendamentos e aluguéis	2.003	1.866
Despesas gerais	254	273
Indenizações	19	6
Recuperação de despesas	(388)	(1.083)
Seguros	216	208
	2.104	1.270
Outras despesas operacionais		
Doações, contribuições e subvenções	460	614
Recuperação de despesas	(524)	-
	(64)	614
	4.221	3.134

28 Resultado Financeiro

	2005	2004
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	2.280	7.677
Variações monetárias	6	4
Encargos moratórios	36	24
(-) Tributos e contrib. sociais s/ receitas financeiras		(58)
Multas	1.296	650
Rem. sobre impostos a compensar	1.070	17
Outras receitas financeiras	27	567
	4.715	8.881
(-) Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	7.925	9.590
Variações monetárias e cambiais	(9.616)	(2.838)
Multas moratórias e fiscais	1.184	912
CPMF e IOF	1.538	1.837
Outras despesas financeiras	129	1.528
	1.160	11.029
	3.555	(2.148)

29 Resultado Não Operacional

	2005	2004
Prejuízo na desativação de bens e direitos	(540)	(746)
Ganho (prejuízo) na alienação de bens e direitos	41	(79)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(27)	
Outras receitas (despesas) não operacionais	194	81
	(332)	(744)

30 Reconciliação da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda -IRPJ e da contribuição social-CSLL, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes da demonstração do resultado é a seguinte:

	2005	2004
Lucro antes do IRPJ e CSLL	193.021	185.325
IRPJ e CSLL (34%)	(65.603)	(63.009)
Efeitos fiscais sobre:		
Dividendos	27.687	29.060
Cálculo Atuarial	(1.057)	(4.345)
Outros	(2.522)	513
Efeitos fiscais sobre:		
IRPJ e CSLL (34%)	(41.495)	(37.781)

31 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos	Data de vigência	Importância Segurada
Riscos nomeados (a)	24/8/2006	713.571
Incêndio - imóveis próprios e locados (b)	24/8/2006	40.298
Responsabilidade civil (c)	24/8/2006	5.780
Engenharia (d)	24/8/2006	apólice por averbação
Transporte nacional e internacional - exportação e importação (e)	24/8/2006	apólice por averbação

a) Riscos nomeados - Apólice contratada destaca as subestações, nomeando os principais equipamentos, com seus respectivos valores segurados. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

b) Incêndio - imóveis próprios e locados - Cobertura para os imóveis e parte dos seus conteúdos. Garante o pagamento de indenização ao segurado ou proprietário do imóvel, pelos prejuízos em consequência dos riscos básicos de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza e suas consequências.

c) Responsabilidade civil - Apólice contratada pela Controladora, com importância segurada única, extensiva a todas Subsidiárias Integrais. Garante a cobertura às reparações por danos involuntários corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia.

d) Riscos de engenharia - Cobertura dos riscos de instalação, montagem, desmontagem e testes em equipamentos novos, principalmente em subestações. Contratado apólice na modalidade por averbação, conforme a ocorrência e necessidade para cobertura dos riscos na execução de serviços de engenharia.



e) **Seguro de transporte** - Garantia por danos causados às mercadorias transportadas por qualquer meio adequado no mercado interno e durante as operações de importação ou exportação de mercadorias no mercado externo. Contratado a apólice na modalidade por averbação, sendo basicamente utilizado para o seguro de transporte de equipamentos elétricos e eletrônicos.

32 Detalhamento da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (Detalhada)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004

(Valores expressos em milhares de reais)

ORIGENS	2005	2004
Das operações		
Lucro líquido do exercício	151.526	147.544
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação e amortização	38.594	36.546
Variações monetárias de longo prazo - líquidas	(8.527)	(2.109)
Do realizável a longo prazo	(4)	180
Dos empréstimos e financiamentos - em moeda nacional	215	1.294
Dos empréstimos e financiamentos - em moeda estrangeira	(8.738)	(3.583)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.249)	4.305
Provisões no exigível a longo prazo	13.236	32.296
Benefícios pós-emprego	12.099	20.937
Contingências trabalhistas	1.035	9.635
Contingências tributárias	-	1.500
Contingências cíveis	102	224
Baixas de investimentos	-	16
Baixas de imobilizado em serviço - líquidas	1.100	882
Total das despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido	42.154	71.936
Resultado ajustado	193.680	219.480
Total das operações	193.680	219.480
De terceiros		
Controladora e coligadas	83.848	-
Realizáveis a longo prazo transferidos para o circulante		
ICMS a compensar	-	14.540
Ativo regulatório - Pasep/Cofins	34.702	-
Total de terceiros	118.550	14.540
Da redução do capital circulante líquido	-	72.365
TOTAL DAS ORIGENS	312.230	306.385

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (Detalhada)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004
(Valores expressos em milhares de reais)

APLICAÇÕES	2005	2004
Na distribuição de dividendos	81.432	85.470
No imobilizado	148.869	88.544
No realizável a longo prazo		
ICMS a recuperar	-	8.345
Depósitos judiciais	3.321	4.046
Ativo regulatório - Pasep/Cofins	26.452	19.179
Controladora e coligadas	-	60.294
Exigíveis a longo prazo transferidos para o circulante:		
Empréstimos e financiamentos	15.934	17.779
Em moeda nacional	8.335	8.260
Em moeda estrangeira	7.599	9.519
Benefícios pós-emprego	24.129	22.728
Impostos, contribuições sociais e outras contas a pagar	1.561	-
Programas de pesquisa e desenvolvimento	1.561	-
No aumento do capital circulante líquido	10.532	-
TOTAL DAS APLICAÇÕES	312.230	306.385
Demonstração da variação do capital circulante líquido		
Ativo circulante inicial	141.792	133.315
Passivo circulante inicial	224.993	144.151
Capital circulante líquido inicial	(83.201)	(10.836)
Ativo circulante final	102.645	141.792
Passivo circulante final	175.314	224.993
Capital circulante líquido final	(72.669)	(83.201)
Aumento (redução) do capital circulante líquido	10.532	(72.365)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Copel Transmissão S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, além de ter acompanhado - através de análises de balancetes - a gestão econômico-financeira da referida Empresa, examinou as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2005, encerrado em 31 de dezembro, abrangendo o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, tendo apreciado, também, o Relatório da Administração e, considerando todos os pontos contidos no Parecer da PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes, bem como as informações e esclarecimentos por eles prestados, é de parecer que as mencionadas demonstrações refletem, com propriedade, a situação patrimonial e financeira da Companhia e os correspondentes resultados de suas operações, estando, assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e à conseqüente deliberação da Acionista Controladora.

Curitiba, 24 de março de 2006.

ANTONIO RYCHETA ARTEN
Presidente

HERON ARZUA

NELSON PESSUTI

As Demonstrações Contábeis da COPEL Transmissão S.A. estão inseridas e validadas nos exames da Auditoria Externa da Companhia Paranaense de Energia – Copel, publicadas no Diário Oficial do Estado do dia 20 de abril de 2006.
